



**A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA  
NA CIDADE DE VIGIA DE NAZARÉ  
(1889-1894)**

**Felipe Daniel Noronha Mota**  
**Igor Gomes da Silva**

**A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA NA  
CIDADE DE VIGIA DE NAZARÉ (1889-1894)**



Copyright © by Felipe Daniel Noronha Mota  
Copyright © by Igor Gomes da Silva  
Copyright © 2024 Editora Cabana  
Copyright do texto © 2024 Os autores

Todos os direitos desta edição reservados  
© Direitos autorais, 2024, autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva  
responsabilidade dos autores.

**Diagramação, projeto gráfico e capa:** Eder Ferreira Monteiro

**Edição e coordenação editorial:** Ernesto Padovani Netto

**Revisão:** Os autores

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

Mota, Felipe Daniel Noronha.

A construção da primeira república na cidade de Vigia de Nazaré (1889-1894) / Felipe Daniel Noronha Mota, Igor Gomes da Silva. – Ananindeua-PA: Cabana, 2024.

M917c

100 p. : il., fotos.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Inclui bibliografia

Modo de acesso: World Wide Web

**ISBN 978-65-85733-26-7**

1. Vigia de Nazaré/PA - História. 2. Política. I. Mota, Felipe Daniel Noronha. II. Silva, Igor Gomes da. III. Título.

CDD 981.15

---

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

Índice para catálogo sistemático

I. Vigia de Nazaré/PA - História



[2024]  
EDITORA CABANA  
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)  
67130-130 — Ananindeua — PA  
Telefone: (91) 99998-2193  
contato@editoracabana.com  
www.editoracabana.com

## **CONSELHO EDITORIAL**

**Dr. Anderson Dantas da Silva Brito** (UFOB)

**Dra. Adriana Angelita da Conceição** (UFSC)

**Dra. Ana Zavala** (Facultad de la Cultura, Instituto Universitario –  
Centro Latinoamericano de Economía Humana. Montevideo,  
Uruguay)

**Dra. Camila Mossi de Quadros** (IFPR)

**Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil** (UFRGS)

**Dra Cláudia Mortari** (UDESC)

**Dr. Francivaldo Alves Nunes** (UFPA)

**Dra. Juliana Teixeira Souza** (UFRN)

**Dra. Luciana Rossato** (UDESC)

**Dra. Luciana Oliveira Correia** (UNEB)

**Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva** (UEPA)

**Dr. Márcio Couto Henrique** (UFPA)

**Dr. Sandor Fernando Bringmann** (UFSC)

## **COMITÊ CIENTÍFICO**

**Dr. Adilson Junior Ishihara Brito** (UFPA)

**Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes** (UFPA)

**Dr. Elison Antonio Paim** (UFSC)

**Dr. Marcelo de Souza Magalhães** (UNIRIO)

**Dra. Mônica Martins Silva** (UFSC)

**Dr. Wilian Junior Bonete** (UFPEl)

**Dra. Pirjo Kristiina Virtanen** (University of Helsinki, Finland)

*“Não basta mostrar a verdade, é necessário  
fazer com que o povo ame-a, é necessário  
apoderar-se da imaginação do povo.”*

*-Baczko.*

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1. OS PRESSÁGIOS DE UM NOVO REGIME</b> .....	17
O Manifesto Republicano e suas ressonâncias no Pará.....	17
A transição de Regime: Reflexos de uma República em construção.....	23
A estrutura Política da República no Pará: O PRP e a Formação dos Diretórios.....	27
O Clube republicano do Pará e a Formação da base do PRP.....	28
<b>2. INTERIORIZAÇÃO DO NOVO REGIME: A FORMAÇÃO DA VIGIA REPUBLICANA</b> .....	32
A Terra “Ferida” pela Cabanagem.....	32
A historiografia em transformação: As narrativas sobre a fundação da cidade de Vigia.....	35
Uma cidade em mudança: Vigia frente aos reflexos da Belle Époque e rumo a República.....	38
A adesão de Vigia a República: A política dos símbolos e festejos.....	42
A Festa de chegada dos representantes do novo regime em Vigia de Nazaré.....	43
A Formação dos grupos políticos após a proclamação.....	48

<b>3. JOGOS DE PODER: AS DISPUTAS POLÍTICAS, IMPRENSA E ATUAÇÃO DOS LETRADOS NA ACLAMAÇÃO DO NOVO REGIME EM VIGIA DE NAZARÉ.....</b>	<b>52</b>
Os momentos iniciais do novo regime: as mudanças no poder vigente.....	52
A Configuração da Imprensa Republicana no Pará: Intercâmbios entre Belém e Vigia.....	57
A Imprensa Republicana no Pará.....	59
A Imprensa Republicana em Vigia de Nazaré.....	60
O jornal “Cidade da Vigia” .....	64
O Professor e o Militar na primeira República: As disputas políticas entre o PRP e PRD.....	66
Um convite do Governo: o início dos conflitos em torno da cidade de Vigia.....	67
A “contra-revolução” do povo.....	71
A Viagem do governador: Os festejos republicanos no interior do Pará.....	72
O Pará ferve: manifestações e perseguições.....	76
Abusos de poder: As denúncias vindas da Vigia de Nazaré e a manifestação do povo.....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>85</b>

# INTRODUÇÃO

O trabalho do Historiador é sem dúvidas, um processo essencial para a análise crítica dos processos históricos, fato este que possibilita uma visão mais profunda das transformações que ocorrem no mundo, pois a realidade humana de cada indivíduo é construída no tempo, em sua relação com o outro e a memória com todos os seus impasses, atinge sua expressão máxima quando se manifesta no tempo, como memória histórica, pois “A colocação da memória fora do tempo se para radicalmente a memória, da história” (LE GOFF, 1924, p. 434). Dessa forma, a memória histórica e os objetos dispostos na sociedade, na prática, são apropriados de acordo com os grupos que almejam o poder. Uma vez que “o consumo do cotidiano é um tipo de produção ou criação, pois envolve as pessoas imprimindo significado aos objetos<sup>1</sup>.” Com isso, é necessário a análise sobre quais grupos estão se apropriando da memória histórica e como as representações do passado estão sendo dispostas nas páginas dos livros que usamos como referência para a nossa realidade. Dessa forma, ao definir como objeto histórico a República em Vigia de Nazaré, buscamos elucidar como essa conjuntura política está sendo apropriada e construída pelos grupos que pretendem ascender ao poder, pois “os objetos históricos não são um

---

<sup>1</sup> BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. Editora Companhia das Letras, 2010, p. 24

produto natural, mas sim, um produto discursivo”.<sup>2</sup> Logo, a história é vivenciada pelos sujeitos históricos e suas relações sociais são expressas na realidade de forma dialética entre as disputas por hegemonia das classes. Nesse contexto, se a História do homem ainda é a história da luta de classes, como separar esta, da análise histórica?

Pensamos que a própria história vem determinada e interpretada por uma classe social, visto que “O homem faz sua própria história, mas essa não depende de sua vontade, mas das circunstâncias que o defrontam diretamente.” (MARX, 1969, p. 17). Dessa forma, a história não depende somente da vontade do sujeito, pois a própria história é um objeto representado pelo historiador.

Leopold Von Ranke, em sua época, trouxe cientificidade à História e este foi um ato de suma importância. Porém, Ranke escreveu uma história política dos grandes homens, considerando apenas os documentos oficiais do estado como fontes de pesquisa. Em seguida, Marc Bloch abrangeu a concepção de documentos, pois estes eram “vestígios”, do passado. Dessa forma, Thompson (1987), ao interpretar os documentos, afirma que por muito tempo a história foi a propaganda dos vencedores e que fazer uma história alternativa seria antes de tudo polemizar com a ideologia das classes dominantes<sup>3</sup>. Nesse contexto, cada geração representa a história de acordo com os seus interesses e esta vai se aperfeiçoando com a própria evolução no curso da ciência. Com isso, adendo ao pensamento de Tobias Monteiro, “a gente fica a pensar se a história não é em grande parte um romance de historiadores”,<sup>4</sup> que perpassa por inúmeras disputas ideológicas, por re-

---

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra Jatayh. **História & história cultural**. Autêntica, 2013, p. 35

<sup>3</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

<sup>4</sup> MONTEIRO, Tobias. **Pesquisas e depoimentos para a história**. F. Alves & cia, 1913., P. 06

apresentações, na tentativa de maximizar o papel de alguns sujeitos em detrimento de outros, definir os atores principais e lutar pelo estabelecimento de uma construção oficial dos fatos. Com isso, a compreensão de que a História não estuda simplesmente o passado, pois este não é objeto de estudo, nos possibilita a visão de que, o conhecimento histórico é essencial para o próprio entendimento do ser humano, visto que estudo da história está relacionado com a investigação científica do homem no tempo e no espaço (BLOCH, 2001). Dessa forma, a organização social a qual o ser humano se encontra diz muito a respeito deste e sobre o contexto a qual o indivíduo está inserido e como essas sociedades se transformam, uma vez que, a contínua mudança no curso da história, é uma condição permanente, pois a história é a ciência do contexto, do processo e do movimento. (Thompson, 2001, p. 243). Desse modo, algumas perguntas surgem no decorrer deste livro, ou seja, por que compreender a história? Porque estudar a República Brasileira? mais especificamente, a construção da Primeira República no Pará e na cidade de Vigia? As respostas para essas perguntas, baseiam-se no fato de que é pela história que sabemos quem somos, é pela história que nós definimos, então para entendermos quem somos no presente, precisamos entender quem fomos diante dos desafios do passado. Assim, o estudo da história é uma necessidade imprescindível no entendimento de cada indivíduo e seu meio social.

Logo, de forma análoga à história, o estudo da sobre a República Brasileira com a sua então “proclamação”, nos mostra como a política e os símbolos condicionam a sociedade para o centro de uma relação entre dominantes e dominados, pois um regime, que deveria ser o governo do povo, por detrás dos panos, se mostra como um grande jogo político, nos bastidores das elites que desejavam chegar ao poder. Nesse sentido, a república brasileira é forjada em um contexto de disputas

políticas por representações de um regime que até então era novo, algo que vai totalmente contra a ideia de que foi proclamada abruptamente. Dessa forma, o Partido Republicano, com seu grupo de letrados, moldou o que passou a ser o Brasil após os acontecimentos de 1889. Atuando na aclamação do regime instaurado, movimento este caracterizado por um processo de interiorização da República, uma vez que, no caso do Pará, da capital Belém, é formado núcleos republicanos nos interiores do estado, para, por fim, afirmar o novo regime e legitimar o discurso dos determinados grupos que chegaram ao poder.

Essas forças políticas, atuaram na construção simbólica da República a fim de aclamar o novo regime, cada um com a sua própria versão, haja vista que não é possível reconstruir o passado, mas diante disso estudá-lo e se apropriar dele para entender questões do presente, pois o passado se desfaz e em seu lugar, é dado um espaço às suas representações.

O Conceito de Representações, é utilizado na História Cultural, essencialmente, o que Roger Chartier discute como disputas por representações do real, nas palavras do autor sendo a construção dos sentidos de tudo o que é real, pois o regime republicano é antes de tudo um conjunto de simbologias construídas para dar sentidos às ideologias de um grupo político específico.

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. (CHARTIER, Roger, 1990, p. 16-17).

Percebe-se, que o conceito de representações é imprescindível, para entender o cenário político da república, uma vez que nos permite entender os “mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.” (CHARTIER, Roger, 1990, p.17). Essas disputas por representações são percebidas na formação do ideário republicano no Pará, encabeçada por três principais partidos políticos: Partido Republicano, Partido Católico e Partido Democrata. Esses três principais grupos, envolveram-se na construção da República, porém a consolidação do regime acarretou sobretudo na aclamação do Partido Republicano do Pará ao poder.

É nesse contexto que a produção deste livro se estrutura, a partir do interesse de entender a construção da Primeira República na cidade de Vigia de Nazaré (1889-1894), investigando-a como uma construção política e ideológica de um grupo específico ligado ao Partido Republicano do Pará, que chegam ao poder e consolidam suas visões sobre o novo regime imposto, fato este muito além, de uma singela proclamação, pois, a cidade de Vigia de Nazaré, se mostra como um dos lugares de interiorização da República, processo este que fortaleceu a consolidação do novo regime instaurado, uma vez que permitiu um maior controle político nos interiores do Pará, com a formação dos diretórios republicanos.

O recorte cronológico, data de 1889 a 1894, período definido na historiografia como primeira República Brasileira. Com isso a pesquisa se fundamenta uma vez que elucida a construção da República na cidade de Vigia de Nazaré a partir da disputa política entre os grupos republicanos, sendo eles o PRP e o PRD, dos quais elencamos como representantes destes, dois personagens vigienses, sendo eles respectivamente, Professor Raimundo Bertoldo Nunes do PRD e o militar

Francisco de Moura Palha do PRP. Nesse viés, será possível entender a partir do contraste de versões de um professor e de um militar as múltiplas faces da República vigiense. Nesse contexto, a principal questão que norteia essa pesquisa é: como se deu a construção da primeira república na cidade de Via de Nazaré-PA? E para respondê-la serão utilizadas tanto as fontes bibliográficas, quanto as fontes documentais.

A metodologia utilizada neste estudo se baseou em levantamentos documentais e bibliográficos, feitos a partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa, que pode ser definida como “Um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” (LAKATOS E MARCONI, 2017, P. 155).

A pesquisa documental está centrada no levantamento efetuado em periódicos, que possuem várias narrativas e versões dos conflitos, disputas e eventos que ocorrem durante a formação da República vigiense, uma vez que a utilização dos jornais como fontes de pesquisa nos “Permite uma ampla visão da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas culturais e educacionais.” (VIEIRA; JUNIOR E OSINSKI, 2019, p.47). Nessa direção, “Os jornais se configuram como espaços simbólicos e de sociabilidades, onde contatos eram efetuados, mas que se diferenciavam da troca de favores e sinecuras operadas nos salões, no Paço e nas festas”.<sup>5</sup>

As principais fontes utilizadas, na pesquisa para a estruturação do trabalho, foram as fontes obtidas na Biblioteca Nacional Digital - Hemeroteca digital, nos jornais “a República”, “O Democrata”, “Cidade da Vigia”, “O Liberal da Vigia”.

---

<sup>5</sup> ENGEL, Magali Gouveia (Ed.). Os intelectuais e a imprensa. Mauad Editora Ltda, 2015, p.14

Nessa perspectiva, a pesquisa no primeiro capítulo, intitulado “os presságios de um novo regime”, tem como ponto inicial de discussão a publicação do Manifesto Republicano, tido como um documento que convoca publicamente os republicanos a se reunirem oficialmente e destaca a importância do regime político a ser instaurado no Brasil, assim como a fundação dos diretórios, dos clubes e das discussões a respeito de se construir no país a simbologia do novo regime, tão quanto à disseminação e divulgação dos símbolos e alegorias em torno de se fortalecer o processo de aclamação da República Brasileira.

O segundo capítulo, intitulado “Interiorização do novo regime: A formação da Vigia republicana”, privilegia a chegada da proclamação da república em Vigia de Nazaré, com a notícia do jornal “A República”, trazendo então a notícia da proclamação. Dessa forma, esse capítulo busca elucidar como era a composição social da cidade de Vigia de Nazaré no período oitocentista e seus contatos com a modernidade, os personagens que compuseram o cenário político republicano e se encarregaram da organização social do novo regime, quem a trouxe, quem comemorou-a, para quem era importante, quem eram os republicanos em vigia, onde aconteceu as festas e de que forma população vigiense interpretou a república, uma vez que essa não estava fazendo parte do grupo dirigente.

O Terceiro Capítulo, visa trazer um diálogo sobre a relação entre História e Imprensa, como um campo de disputas e registros discursivos tanto do PRP, quanto do PRD. Ademais, apresenta-se uma discussão a respeito do contraste entre os grupos políticos que se apropriaram do regime para representar e se afirmar no poder, principalmente no que se concerne à oposição entre o PRP e o PRD privilegiando a atuação de dois personagens vigienses, sendo eles o Professor Rai-

mundo Bertoldo Nunes e o militar Capitão Francisco de Moura palha, o primeiro representando o PRD e o segundo representando o PRP. Neste capítulo, buscamos evidenciar os contrastes existentes nas variadas versões republicanas, descortinando a ideia de ser uma “proclamação” e trazendo a questão da República vigiense para o campo das representações.

Nesse viés, esse estudo se torna relevante por instigar e contribuir para a historiografia local, uma vez que existem algumas lacunas nos estudos referentes à República vigiense enquanto uma construção e até mesmo enquanto um golpe.<sup>6</sup> Uma vez que “Para que se possa entender um golpe de Estado ou uma revolução é preciso ter informações sobre o que se processa no quadro econômico, social e institucional. É preciso familiarizar-se com as ideias em voga” (COSTA, 2010, p. 388).

Portanto, esse livro assume sua importância para a questão historiográfica local, pois trata-se de uma análise nova na questão dos estudos da História Cultural, com ênfase na República vigiense, uma vez que abre caminhos para entendermos o clima, social, político e ideológico da cidade de Vigia de Nazaré oitocentista, no contexto de circulação de ideias ligadas à República, com a necessidade de se construir novos valores com o alvorecer de um novo fenômeno político, assim também como as disputas ideológicas em torno do mesmo.

---

<sup>6</sup> A visão de “Golpe” republicano é trabalhada por Emília Viotti da Costa (2010), assim como também por William Gaia Farias (2016). Os aspectos que consistem no processo de proclamação da república estão configurados como golpe, uma vez é um pequeno grupo de civis e militares que tomam a frente do poder em 1889.

## CAPÍTULO 1

---

# OS PRESSÁGIOS DE UM NOVO REGIME

---

### **O Manifesto Republicano e suas ressonâncias no Pará**

O regime republicano brasileiro, instaurado em 1889, por meio de um golpe, anuncia os seus presságios bem antes dessa data simbólica, pois ainda na década de 1870, é publicado um manifesto, e os primeiros divulgadores republicanos começam a aparecer. Na província paraense, no jornal “O futuro”, de propriedade de Joaquim José de Assis, já estavam sendo divulgados artigos que versavam sobre a experiência dos países que instalaram o regime republicano. Isto é, já se tem notícia nos jornais sobre as insatisfações e os anseios dos republicanos no país, bem antes da proclamação. A insatisfação com o regime monárquico já era realidade, a monarquia era tida como regime atrasado e sem participação popular. Frente a isso, no dia 3 de dezembro de 1870, o partido republicano, divulgou no Jornal “A República” um documento de convocação pública para os republicanos brasileiros, que até então estavam insatisfeitos e fora da política Imperial. Esse documento ficou conhecido como “O Manifesto Republicano”, marcando assim o movimento fundador do republicanismo no Brasil.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz et al. A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 3, 2012.

FIGURA 1 – O MANIFESTO REPUBLICANO, PUBLICADO EM 1870, NO JORNAL “A REPÚBLICA”.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, Hemeroteca Digital, Jornal “A República”, Rio de Janeiro, 1870, ed. 01, p. 01.

Nesse Manifesto a monarquia era condenada como um regime ultrapassado enquanto a imposição da República seria parte de um futuro que traria muita glória à nação. Os republicanos brasileiros responsáveis por esse documento, queriam implantar no país, uma República Federativa com características liberais aos moldes dos regimes implantados na América e desejavam uma transição de regime, da Monarquia à República, sem violência, e se possível, em acordo com o Imperador. Esses

eram denominados evolucionistas e liderados por Quintino Bocaiúva, “um dos primeiros propagandistas dos ideais republicanos no Brasil” (BARROS, 2007, p. 67).

Porém, é válido ressaltar, que existia também a vertente dos revolucionários, liderados por Silva Jardim, que defendiam a ideia de que somente era possível atingir a República ideal, se essa fosse implantada por uma revolução. Apesar do documento ter sido elaborado pelos republicanos evolucionistas liderados por Quintino Bocaiúva, o movimento republicano teve apoio de vários segmentos da sociedade.

A República se avizinhava em uma sociedade mergulhada em desigualdades sociais e hierarquizadas. Rodeada por especuladores e por uma minoria enriquecida. Tinha como adeptos segmentos como os dos militares com baixos salários, setores da Imprensa, intelectuais, e descontentes com hegemonia política do partido liberais e conservadores. (BARROS, Haroldo José Oliveira de, 2007, p. 68).

Porém, para além das ideias republicanas de Quintino Bocaiúva, muitas eram as correntes teóricas que se difundiam no Brasil, no apogeu do século XIX, como por exemplo, o Positivismo, o Darwinismo e o Determinismo.

Vicente Salles discute a chegada dessas ideias no Pará, como por exemplo, o Socialismo, O Marxismo, O Positivismo e o Anarquismo. Isto é, existia uma emergência expressiva das insatisfações das novas classes e camadas sociais que estavam emergindo com as grandes “explosões ideológicas no século XIX, na Europa, centro das grandes transformações no mundo moderno” (SALLES, 2001, p.39). Essas insatisfações, acarretam na repercussão dessas ideias na política do país, como por exemplo a república brasileira, que teve características liberais americana, doutrina essa elaborada ainda no início do século XIX. Por outro lado, existiam também a propagação da corrente teórica francesa, representada pelo

positivismo de August Comte, e pelo Anarquismo da Concepção do publicista francês José Pedro Proudhon, que defendia a abolição da propriedade privada e do governo, pois segundo ele era “ilegítimo e oposto ao sentimento de justiça”.<sup>2</sup> Nesse contexto, existe também, o registro da circulação da corrente marxista, idealizada por Karl Marx e Friedrich Engels, que publicaram “O manifesto do partido comunista” pela primeira vez em 1848. Porém, esses ideais, chegam no Pará, com mais firmeza no ano de 1871, com a explosão dos acontecimentos da comuna de Paris e com a I Internacional que ganha as páginas do “Jornal do Pará”, na edição de 1º de junho de 1871. Nesse sentido, os setores mais intelectualizados da sociedade eram os principais propagadores dessas ideias, haja vista que a educação formal era um privilégio de uma pequena elite e era por meio do letramento e da imprensa que essa elite apresentavam suas ideias no contexto social. Além desse ideário revolucionário em circulação, outro fator de expressiva força no contexto da formação de um pensamento de ruptura com antigos paradigmas políticos, foi a pressão da burguesia agrária Paulista, dos proprietários de terras, que almejavam que a república fosse instaurada, em oposição ao regime monárquico, pois o novo regime acarretaria, acima de tudo, na descentralização política administrativa gerando mais autonomia às províncias. Dessa forma, o Manifesto Republicano oficializa e fortalece na imprensa, e no meio letrado, a ideia de que a monarquia era uma instituição decadente e por isso necessitava do estabelecimento de um regime federalista que garantisse a autonomia das províncias e a formação dos estados.

Com isso, os ideais republicanos começaram a ser divulgados com mais frequência e a medida em que as ideias foram se fortalecendo no Brasil, os diretórios republicanos foram sendo formados. Como é o caso do partido republicano paulista, fundado em 1873, tido como o primeiro

---

<sup>2</sup> Ibid., 2001, p. 39

diretório Republicano no Brasil. Surgiu no Estado de São Paulo no ano de 1873, idealizada por proprietários rurais. (BARROS, p. 70). Enquanto no Pará, o primeiro diretório a ser formado, foi fundado em Belém no ano de 1886 de forma tardia, sendo este o clube republicano do Pará, tido como a primeira agremiação republicana da Amazônia.<sup>3</sup> Os componentes dessa agremiação republicana, ficaram conhecidos como republicanos históricos, após os acontecimentos de 15 de novembro de 1889, pois estes não tinham nenhuma ligação com os partidos políticos na monarquia.

Os primeiros propagandistas republicanos ficaram conhecidos como 'Republicanos Históricos'. Afinal é o ativismo político desses homens e a ação que moveram pela República, ainda no período monárquico, que possibilitaram classificá-los como tal. Sem dúvidas, o Clube Republicano do Pará foi a primeira célula organizada do republicanism no Norte do país, sendo o ponto de partida para alguns políticos que estiveram à frente da administração pública no alvorecer da República no Pará. (FARIAS, William Gaia, 2005, apud BARROS, José Haroldo de, 2007, p. 66)

A partir disso, o movimento republicano ganhou forças para os demais lugares do país, como por exemplo, no caso do Pará, que aconteceu, tardiamente, em 1886, com a fundação do Clube Republicano do Pará, liderado por Justo Leite Chermont, Lauro Sodré e José Paz de Carvalho.

A essa altura a crise no Antigo Regime já estava alarmada, Dom Pedro II já se encontrava sem apoio do exército, sem apoio da igreja e criticado por grande parte dos intelectuais letrados do império. Com isso, formou-se então os presságios de um novo regime que se tornava cada vez mais forte, à medida em que a crise imperial se instalava em vários setores da sociedade, no religioso, no militar, no econômico. As manifestações republicanas, as ideias que circulavam, como o liberalismo, Anarquismo,

---

<sup>3</sup> Ibid. Op. Cit.

Darwinismo, Socialismo, e questões das lutas sociais, como o abolicionismo, a liberdade econômica e a ideia de participação popular no voto, climatizou o cenário de transição, articulado por uma elite militar, que em 15 de novembro de 1889 promulgou, oficialmente a proclamação da república brasileira e a formação do governo provisório que ficou a cargo do Marechal Deodoro da Fonseca. Porém, a mudança de regime, nesse contexto, seria antes de tudo, uma grande disputa de elites, pois o estado Imperial era liderado principalmente pelo partido liberal e pelo partido conservador, e os republicanos ficavam às margens. Logo, a premissa de instalação de um novo regime, por fim teria que abrir espaço para uma elite que almejava, mas que até então estava fora do poder Imperial, pois estes eram republicanos. Nesse viés, se em teoria a República era pautada no regime do povo, na prática se mostrou autoritária excludente e acima de tudo marcou a chegada de uma nova elite ao poder.

Portanto, o manifesto Republicano é um documento decisivo para compreensão dos fatores que levam ao surgimento da República no Brasil, pois criado ainda durante o segundo império, esse manifesto, é tido como a primeira convocação pública de republicanos, que haviam fundado o primeiro clube Republicano do Brasil. Passando por grande influência, os republicanos paraenses fundaram o clube Republicano do Pará, com estatuto próprio e diretório construído. Esses membros do clube republicano paraense, conheciam as ideias positivistas de Augusto Comte, difundidas por militares, entre eles, o oficial do exército, professor da escola militar Benjamin Constant Coelho de Magalhães, um dos difusores e propagadores dos novos ideais de mudança e com isso a campanha republicana ganha força no estado do Pará, com a atuação de Justo Leite Chermont, Lauro Sodré e José Paes de Carvalho e posteriormente, na Interiorização da República, em Vigia de Nazaré, com Francisco de Moura Palha e Abrão Athaíde.

## A transição de Regime: Reflexos de uma República em construção

A República Federativa brasileira, foi proclamada no dia 15 de novembro de 1889, articulada por uma elite militar que consolidou sua chegada ao poder. Com a dissolução da Monarquia e início da República, foi preciso instaurar no país um governo provisório, que durou de 1889 a 1891, o governo provisório ficou a cargo do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente Republicano do Brasil, contando com algumas lideranças militares, como por exemplo, a do Tenente Coronel Benjamin Constant, os republicanos históricos como o Quintino Bocaiúva, líder dos republicanos moderados, Campos Sales e Aristides Lobo.

**QUADRO 01 – GOVERNO PROVISÓRIO DO PAÍS EM 1889<sup>4</sup>.**

<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>
<b>Militares de carreira</b>	
Presidente	Deodoro da Fonseca
Ministro da Marinha	Eduardo Wandenkolk
<b>Militares de formação científica</b>	
Ministro da Guerra	Benjamin Constant
<b>Republicanos históricos</b>	
Ministro das Relações Exteriores	Quintino Bocaiúva
Ministro do Interior	Aristides Lobo
<b>Intelectuais reformistas (muitos deles positivistas)</b>	
Ministro da Fazenda	Rui Barbosa

<sup>4</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz et al. A abertura para o mundo: 1889-1930. **Rio de Janeiro: Objetiva**, v. 3, 2012.

Ministro da Agricultura	Demétrio Ribeiro
<b>Membros do Partido Republicano Paulista</b>	
Ministro da Justiça	Campos Sales

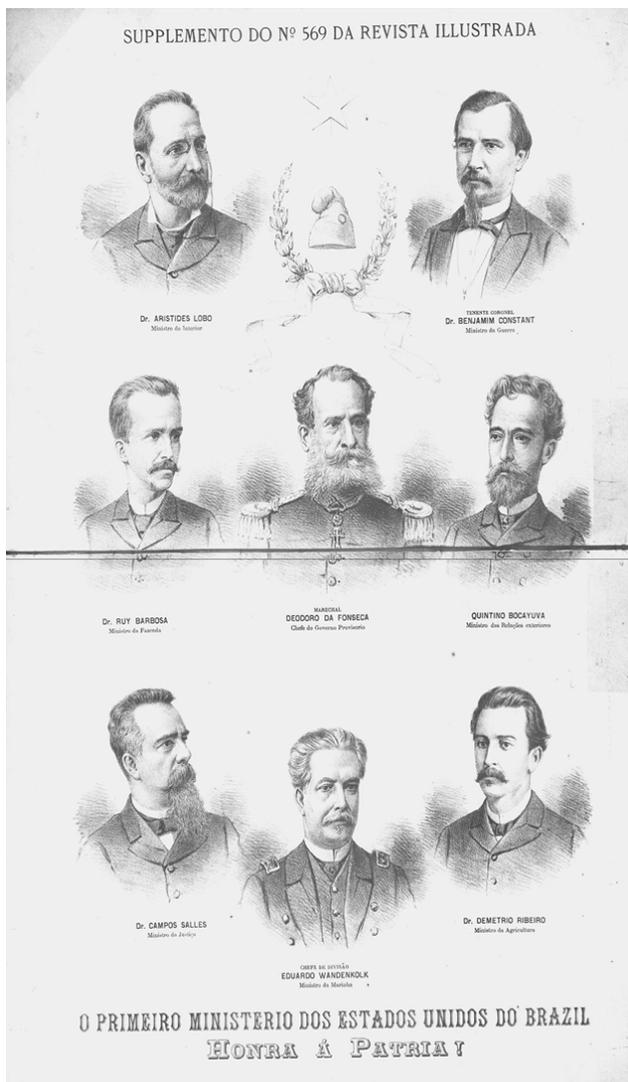
Nota-se, que o quadro político no Brasil, e por consequente, no Pará, nesse sentido, refletiu a consolidação do poder de uma elite militar e de alguns civis que já tinham privilégio desde o período imperial. É notável que entre as lideranças militares que participaram desse acontecimento, não havia entre eles um personagem que pudesse ser considerado o representante das camadas populares. Nesse sentido Aristides Lobo cita que a população assistira a tudo “Bestializada<sup>5</sup>”, pois, entre os dirigentes e idealizadores da República, não havia um representante Popular.

Dessa forma, para não se passar por um regime ilegítimo, Carvalho (2017) destaca a importância da ideologia na consolidação do regime republicano, sobretudo no que diz respeito à manipulação do imaginário social em um período de transição política e redefinições de identidades coletivas, recorrendo à utilização dos símbolos para construir a imagem do novo regime instaurado, fato este conhecido como a construção do imaginário Republicano ou simplesmente a construção da República brasileira.<sup>6</sup> Dessa forma, com a proclamação da República de 1889, o novo regime instaurado, vem dotado do desafio de se legitimar ideologicamente, por meio da utilização de símbolos, hinos, bandeiras, panteões cívicos, monumentos, e figuras que sirvam de exemplos a serem seguidos pela população.

<sup>5</sup> DE CARVALHO, José Murilo. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Editora Companhia das Letras, 2019.

<sup>6</sup> José Murilo de Carvalho (2017), discute a construção de um imaginário social como parte integral da consolidação de qualquer regime político, em específico, a construção do imaginário ligado ao regime republicano brasileiro.

**FIGURA 2 – RECORTE QUE MOSTRA O PRIMEIRO MINISTÉRIO DO PRESIDENTE DEODORO DA FONSECA**



**Fonte:** Jornal Revista Ilustrada, 1889, ed. 569, p. 3-4

Havia a necessidade de um conjunto simbólico de

heróis, datas e princípios de orientação política que possibilitasse uma definição nacional com base no regime republicano, ainda que surgisse como parte do que definiu Eric Hobsbawm, como tradição inventada, através de um processo de formação e ritualização de um passado apropriado mesmo que por imposição da repetição e continuidade que extrapola o processo ou evento exaltado. (FARIAS, William Gaia, Opt. Cit.)

Dessa forma, os símbolos, para além de uma disputa por representação do real, são também um campo de conflitos e disputas políticas. Sendo, portanto, de suma relevância, analisar a construção da simbologia da república tal qual suas representações na tentativa de monopolização de discursos dos grupos que almejavam o poder.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso está investigação sobre as representações supra-as como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, Roger, 1990, p. 17)

Na construção da república, essas disputas por representações são constantes. Pode-se interpretar isso, como a maneira em que os respectivos grupos desejavam representar o novo regime, partindo de seus interesses políticos específicos. Dessa forma, trazendo essa discussão para a realidade brasileira, existia uma forte disputa entre três principais grupos para a manutenção simbólica do novo regime: o Liberalismo americano, o Jacobinismo francês, e o Positivismo. Nesse contexto, Carvalho (2017) afirma que “As três correntes se combateram intensamente nos anos iniciais da república, até a vitória da pri-

meira delas, por volta da virada do século”.<sup>7</sup> Consolidando no Brasil republicano um projeto de poder com características Liberais.

Nesse viés, no dia 17 de novembro de 1889, dois dias após o acontecimento oficial, a notícia da Proclamação da República, chega para os demais lugares do país, muito devido às dificuldades na comunicação telegráfica. Com isso, o controle do novo Estado ficou a cargo de um pequeno grupo militar que se dirigiu à praça da “Aclamação”, iniciando então o golpe militar da República, denominado de “Proclamação da República Brasileira”.

A ideia de que aos militares cabia a salvação da pátria generalizara-se no Exército a partir da Guerra do Paraguai, à medida que o Exército se institucionalizava. É claro que os militares estiveram em todos os tempos divididos entre várias opções e seria um grande equívoco imaginá-los como um todo. (COSTA, Emília Viotti da, 2010, p. 461).

Após a instauração do novo regime, existe a necessidade de se formular estratégias visando a legitimidade de um Estado aos moldes republicanos, no qual a ideologia, o poder simbólico e as representações se tornam aparatos históricos essenciais para garantir a afirmação da República no Brasil.

### **A estrutura Política da República no Pará: O PRP e a Formação dos Diretórios**

As novas instituições políticas só hão de medrar benéficas e viçosas quando houver terminado a lenta e afanosa elaboração que está padecendo a consciência nacional, guiada pelos novos princípios. Só quando houvermos dado por findo o trabalho da remodelação do nosso caráter, da refundição completa dos nossos moldes educacionais, eliminados todos os nossos erros, consumida todas as deixas do antigo regime [...] Só então há de a Republica

---

<sup>7</sup> *Ibid.*

granjejar a unanimidade dos sufrágios, impôndo-se a todas as consciências como a única forma de governo digno de um povo que se faz maior.<sup>8</sup>

O discurso de Lauro Sodré no periódico “a República”, nos mostra que o sucesso do novo regime seria, sobretudo, a partir da incidência de novos costumes. Os clubes republicanos ao redor do país se transformam nas principais ferramentas para a construção da República, afirmando atuações e construindo discursos, geralmente em jornais para representar especificamente o que viria a ser a República, como no caso de Belém, em que o partido político aclamado, tem início com uma agremiação chamado de “Club republicano do Pará.” No Pará, no início da República, houve uma forte disputa por poder entre os partidos, sobretudo entre o PRP e o PRD.

### **O Clube Republicano do Pará e a formação da base do PRP**

O partido republicano do Pará, que após a aclamação do novo regime, foi estabelecido no poder do Estado, surgiu como fruto de um núcleo construído em 1886, o Club Republicano do Pará, considerado como a primeira agremiação republicana da Amazônia. (FARIAS 2016 p. 19). A primeira reunião do clube ocorreu no dia 18 de 1886, sendo presidida pelo bacharel Benvindo Gurgel de Amaral e Secretariada por Barjona de Miranda e pelo tenente Lauro Sodré.<sup>9</sup> Nessa mesma reunião foi constituído o diretório do Club, obedecendo a seguinte organização:<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Jornal A República, Belém, 1893, ed. 851, p. 01.

<sup>9</sup> Souza, Luíz de Castro. A fundação do Club Republicano no Pará. In: Anais do congresso nacional de História da propaganda, Proclamação e consolidação da Republica no Brasil. 2. v. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989. p. 355

<sup>10</sup> MEIRA FILHO, Octávio. A Primeira Republica no Pará: desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1891. Belém: Falangola, 1981. p. 17-18

## QUADRO 02 - DIRETÓRIO DO CLUB REPUBLICANO NO PARÁ 1886

CARGO	NOME
Presidente	José Paes de Carvalho
Vice-presidente	Gentil Bittencourt
1º Secretário	Justo Leite Chermont
2º Secretário	Bonjano de Miranda
Tesoureiro	José Rodrigues Duarte Barros

Nesse contexto, após a proclamação, os fundadores do clube republicano do Pará, migram para o PRP e o poder político fica inicialmente, nas mãos destes e de alguns adesistas. A partir deste cenário, como afirma Costa (2019), o projeto de poder das elites liberais, conservadoras e católicas, climatizou o fim do Império no Brasil e trouxe consequências consideráveis na qual alguns dias, após a notícia da Proclamação da República, se reorganizou uma nova estrutura política, que desencadeou uma acirrada disputa entre alguns partidos políticos para a representação do regime republicano.

Na noite de 15 de novembro, Paes de Carvalho, membro do Club Republicano do Pará marcou uma reunião em sua casa a qual compareceram cerca de duzentas pessoas. Pouco mais de vinte horas, no meio da reunião o Sr. Jordon, funcionário da Companhia de Telégrafos, chegou ao local afirmando que recebeu a mensagem vinda do estado da Bahia e direcionada a Paes de Carvalho, informando sobre a Proclamação. Mas no encerramento da reunião ficou decidido que todos os integrantes do clube “[...]que se recolhessem calmamente a dormir em suas casas, aguardando os acontecimentos da capital do país...” (FARIAS, William Gaia, 2016, p. 42-43).

Após esse evento, no dia 16 de novembro de 1889, chegou um telegrama destinado ao presidente da província, Silvino Cavalcante

Albuquerque, mais tarde uma comissão composta pelos comandantes do Exército e pelos civis do Club Republicano do Pará seguiram em direção ao palácio do governo, onde foi comunicado que a República foi proclamada, intimando o presidente a deixar o poder “[...]No ápice da ação[...]Paes de Carvalho, subiu no mármore da jardineira de centro discursando e aclamando a República no Pará[...]” (FARIAS, 2016, p. 43). Desse modo, na nova configuração política a partir da posse do governo provisório, Justo Leite Chermont, antigo tesoureiro do clube republicano, assumiu o cargo de governador provisório do Estado do Pará, na representatividade do PRP.

Justo Leite Chermont, nomeou nos primeiros meses, comissões responsáveis pela interiorização da República para as demais localidades do Pará, haja vista que a comunicação não era tão eficiente e o Pará possuía uma grande extensão territorial, se fazendo necessário, um contato, com outros representantes do governo em localidades vizinhas, para facilitar a aclamação do novo regime da capital para os interiores.

Desse modo, a partir da posse do governo provisório, criaram-se representações do Partido Republicano do Pará em vários municípios e distritos, muitas vezes contando com eventos e rituais simbólicos e com a presença de membros do diretório do partido que se deslocavam de Belém para a fundação das filiais, sempre com expressivo número de integrantes.<sup>11</sup>

Nesse contexto, o cenário de disputa política se dava entre dois principais partidos: O Partido Republicano do Pará (PRP) e o Partido Republicano Democrata (PRD), ambos buscavam divulgar suas próprias versões sobre o novo regime instalado. No ano seguinte à proclamação, em 1890, os diretórios dos partidos na capital do Pará foram organizados, tendo seus principais membros:

---

<sup>11</sup> *Ibid.* p. 45

**QUADRO 03 – DIRETÓRIO DO PARTIDO REPUBLICANO  
E DEMOCRATA NO PARÁ**

<b>DIRETÓRIO DO PRP</b>	<b>DIRETÓRIO DO PRD</b>
José Paes de Carvalho	Vicente Chermont de Miranda
Lauro Nina Sodré e Silva	José Joaquim da Gama
Gentil Augusto de Moraes Bittencourt	Americo Marques Santa Rosa
Manoel de Mello Cardoso Barata	Fraderico Augusto da Gama Costa
Henrique Americo de Santa Rosa	
Bazilio Magno de Araujo	
Gonçanlo de Lima Ferreira	

As disputas políticas e ideológicas entre esses dois partidos, são um dos fatores marcantes na construção da imagem da primeira república.

## CAPÍTULO 2

---

# INTERIORIZAÇÃO DO NOVO REGIME: A FORMAÇÃO DA VIGIA REPUBLICANA

---

### A Terra “Ferida” Pela Cabanagem

A importância política, econômica e administrativa da cidade de Vigia de Nazaré, é um ponto de partida fundamental para se entender os processos de construção de um núcleo político de interiorização da República na cidade, no fortalecimento das bases do novo partido do governo. Dessa forma, em 1891, a cidade de Vigia ganhou destaque no jornal “O Democrata”, onde estes, cobravam o título de “A Pérola do Salgado”<sup>1</sup>, a qual foi prometido pelo governador do Estado, Justo Leite Chermont, muito devido ao anseio dos republicanos vigienses em fazer da cidade um centro de intelectualidade<sup>2</sup>. Porém, para além da intelectualidade, a História do povo vigiense, assim também, como a história de outros lugares do Pará, sempre foi muito relacionada à luta, prova disso é revolução cabana de 1835 que explodiu em Belém, e teve seus desdobramentos para outras regiões do Pará, chegando até mesmo na pequena vila de Vigia.

---

<sup>1</sup> O Democrata, 1891, ed. 56, p. 02.

<sup>2</sup> A cidade de Vigia, desde 1870, já era um centro de intelectualidade, com muitas mentes brilhantes, que fundaram entidades científicas, sociedades religiosas, literárias, colégios, externatos. Porém, a imprensa paraense não conferia esse título à vigia oficialmente, pois na imprensa a cidade de Vigia era a terra “ferida pela cabanagem.”

**FIGURA 3 – RECORTE DO PLANO DO PORTO  
DE VIGIA DE NAZARÉ DE 1846**



Fonte: <http://cincodeagostovigia.blogspot.com/p/acervo-digital.html>

A figura acima, mostra os limites territoriais de vigia, em um período próximo a cabanagem. Dessa forma, na vila de Vigia, o Palácio do Trem de Guerra, torna-se palco de uma das maiores revoluções populares da história, quando um grupo de homens armados de terçados e seguindo os comandos de Bento Ferrão, morador do “Igarapé do Maracajó”, executam um levante, rendendo a guarda do Trem de Guerra, se apoderando de armas, rendendo os vereadores ali presentes dizendo que sua ação seria para depor todos que ali se faziam presentes.

Ao amanhecer do dia, Ferrão obrigou a câmara municipal a reunir-se com todos os juízes de paz, e marchou com todas as peças que encontrou no Trem de Guerra, para o paço da mesma e lá mandando carregá-las, com mórões acesos fez pontaria para a sala onde se achava os vereadores reunidos em sessão, e entrou para declarar que a sua intenção era simplesmente depor as autoridades exis-

tentes e substituí-las por outras que apoiassem o governo de Vinagre. (RAIOL, Domingos Antônio, 1970, p. 750).

Com isso, desde essa época, Vigia ficou muito marcada por essas “feridas da cabanagem”, tanto que termos como baderneiros, anarquistas e facciosos eram frequentemente utilizados na literatura local e nos jornais, como se a cabanagem tivesse realmente “ferido” a terra de Vigia, e por muito tempo, a cidade teve essa tradição de terra ferida pela cabanagem. Como é demonstrado no próprio hino de Vigia de Nazaré:

“Ó Vigia, vigilenga de Heróis  
Dom secular do Guajará-Miri  
És a Herança de cultura e Fé  
Que os Jesuítas plantaram aqui  
(...)  
Se a Cabanagem à vila Feriu  
A Gratidão platina te ergueria  
E a Integênciã, Triunfante na vida  
A nossa Atenas do Pará consagrará”<sup>3</sup>

Desse modo, em Vigia de Nazaré, uma das preocupações de seus “filhos letrados”, era justamente, de afastar ideologicamente da cidade esses resquícios de revolta e construir uma imagem mais ligada à intelectualidade, até porque vigia sempre teve muitos intelectuais, e no advento da modernidade, a nova forma de organização da sociedade, era baseada na ciência e na instrução. (SOEIRO, 2012, p. 39). Por essas e por outras razões, o anseio coletivo, dos republicanos, no jornal *O Democrata* para que Vigia de Nazaré, fosse denominada de

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/jose-ildone/hino-da-vigia/> Acessado em: 04/01/2023, às 21:00h.

“A Pérola do Salgado”, era acima de tudo, uma tentativa de construção da imprensa, em forma de reconhecimento que além de palco de revoltas, vigia também era a terra da cultura, da arte, da música e da intelectualidade.

### **A Historiografia em transformação: As narrativas sobre a fundação da Cidade de Vigia**

A Historiografia clássica sobre a fundação da cidade de Vigia, foi definida por Domingos Antônio Raiol, no livro *Motins Políticos*, onde este narra que antes de ser cidade, Vigia de Nazaré foi uma pequena aldeia de indígenas da etnia tupinambá, que viviam em uma aldeia chama de “Uruitá”<sup>4</sup>. No dia 06 de janeiro de 1616, Caldeira Castelo Branco passa por Vigia, antes de chegar a Belém. Dessa forma, os colonizadores constroem um posto de controle para “Vigiar” as embarcações, e referente ao ato de Vigiar, surge o nome Cidade da Vigia. Porém, não existe documentação que comprove essa versão e segundo Paulo Cordeiro, a ausência de documentação era um problema, até mesmo para comemorar o aniversário da cidade.

[...] No passado, antes da invenção da fundação de Vigia, não havia uma data em que pudesse ser comemorado o aniversário dessa cidade. Então, por falta de pesquisa não se sabia quando a cidade havia sido fundada, a partir do ponto de vista do europeu e o processo de sua colonização. Através dessas indagações e, de certa forma, pretencioso, um prefeito vigiense na década de 1970, assume a escrever sobre a fundação trazendo a data do dia 06 de janeiro de 1616 [...] (CORDEIRO, Paulo, 2021, p. 32).

---

<sup>4</sup> RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

Com isso, Paulo Cordeiro afirma que a fundação de Vigia se deu a partir de uma doação de terras, datada de 1652, pondo em dúvida toda essa história construída ao longo do tempo. Mas, é válido destacar que a dúvida não é um estado fixo, mas o princípio de um novo conhecimento.

a *plantation*, sistema vastamente utilizado na exploração europeia da América constituindo na utilização de mão-de-obra escrava em plantações. Porém as terras que, hoje, constituem a cidade de Vigia, foi uma Doação a Jorge Gomes Alamo. Que, por muitos séculos, permaneceu desconhecida, visto que, ela se encontrava na Torre do Tombo, mas em maio de 2014, consegui uma cópia dos oito documentos dos originais que compõem tal Doação. (Ibid. op. Cit. p. 153).

Essa pesquisa histórica de Paulo Cordeiro,<sup>5</sup> é importante porque, conta uma outra versão sobre a história da fundação da cidade, a partir da documentação histórica.

No que diz respeito às tradições e cultura, a cidade é muito ligada ao catolicismo, muito forte no imaginário popular e muito desse reflexo está presente na composição de um dos símbolos religiosos considerado importante para grande parte dos vigienses: a Igreja Matriz.

Essa fotogravura a seguir é uma das mais antigas representações do cotidiano no centro da cidade, nos permitindo imaginar parte do centro de Vigia. Essa força cultural do catolicismo possui também muita expressividade nas nomenclaturas das ruas, sendo que muitas delas, durante a primeira parte do século XIX ainda faziam menções a figuras religiosas ou a figuras de “prestígio”.

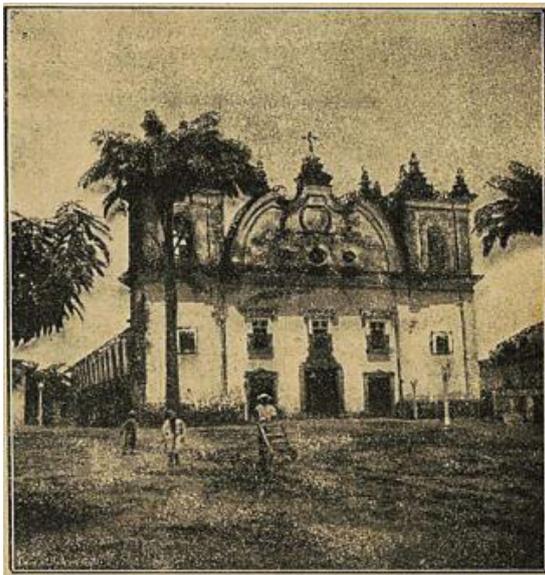
Várias ruas lentamente foram abertas. Sua nomenclatura está ligada à tradição, a fatores cotidianos ou acontecimentos relevantes da história nacional.

---

<sup>5</sup> História da Vigia: Economia, Escravidão e Elite Agrária (1652-1854) / Paulo Cordeiro. – 1. ed. – Ananindeua, PA: Cabana, 2021.

A título de exemplo citamos a Rua Primeira, margeando o Gujará-Mirim, a Rua de Nazareth, homenageando a santa mais devotada entre os vigienses; a Travessa das Almas, provavelmente por ter em seu itinerário um dos primeiros cemitérios público da cidade; a Travessa General Gurjão, personagem da Guerra do Paraguai, além das ruas São Bernardo e São Vicente, ligadas ao cotidiano marcadamente religioso. [...] (ibid., 2012, p. 29).

**FIGURA 4 – FOTOGRAVURA DO “LARGO DA MATRIZ”  
DE VIGIA DE NAZARÉ NO ANO DE 1902**



**Fonte:** CORRÊA, José Augusto. *Chronica Planetaria: viagem a volta do mundo*. Lisboa: Typ da Empreza da História de Portugal, 1904, p. 485. *Apud* SOEIRO, Antônio Igo Palheta, 2012, p. 28.

Forte laço religioso da cidade com o povo sempre se mostrou presente visivelmente nas crenças e propriamente no imaginário popular, principalmente, por se expressar no Círio de Nazaré, uma das maiores manifestações culturais da cidade. Porém, apesar do catolicismo ter

uma grande expressividade na cidade, existem também o Carimbó e outras práticas de matrizes africanas.<sup>6</sup>

### **Uma cidade em mudança: Vigia frente aos reflexos da Belle Époque e rumo a República**

[...] E a Vigia já floresceu effectivamente, quer mental, quer materialmente, graças ao cultivo da terra e ao cultivo das letras. [...] Os jornaes de Belém não cessavam de classificar-a como a Weimas e Athenas Paraense, e Saint Adolphe, no seu Diccionario Geographico do Imperio do Brasil, affirma que o commercio da nossa terra consistia em café e cacau, e prosperou por longos annos, acrescentando que o café da Vigia passava pelo melhor da província do Pará.<sup>7</sup>

Em Vigia de Nazaré, com o reflexo da *Belle Époque*, surgiu uma preocupação em manter a cidade com uma “boa aparência”. Desse modo, a estrutura da cidade, deveria proceder de acordo com o ideal de civilidade que percorria pela nação, onde “os agentes da modernização na cidade eram representados pela municipalidade e por um pequeno grupo heterogêneo” (SOEIRO, 2012, p. 37).

Em 1870, o Paço da Câmara Municipal, elaborou uma nova ordem de postura, com relação à construção de casas e currais de pesca, onde foi proibido a construção de “casas dentro da cidade com tapagem de palha” e os currais de pesca, considerados então como hábitos primitivos, na qual desobediência deste código resultava em multas ou alguns dias de prisão.<sup>8</sup> Com isso, a chegada da modernização, começou

---

<sup>6</sup> CORDEIRO, Paulo. “**Batuque à Santa Barbará**”: Notas sobre Religiões de Matriz Africana na Cidade de Vigia. Cidade da Vigia/PA, 2014. Edição do Autor. 199p.:ip

<sup>7</sup> O Pará, Belém, 1899, ed. 329, p. 02

<sup>8</sup> Ofício da Câmara da cidade de Vigia ao Presidente da Província do Grão-Pará contendo solicitações diversas e o Código de Postura da cidade em 1870. op. cit. *Apud.* SOEIRO, Antonio Igo Palheta, 2012, p. 37)

a impulsionar mudanças na cidade, como por exemplo, a construção do novo cemitério, a reforma do novo Paço Municipal, a construção da ponte que liga o bairro do “arapiranga” com o centro da cidade, a abertura da estrada terrestre entre Vigia e Benevides, mudando a paisagem arquitetônica da cidade. Esses são alguns dos “hábitos civilizadores” que ocorrem com a chegada do “progresso” e da cultura modernizadora que transforma a cidade de Vigia de Nazaré. De forma análoga, a cidade de Belém, durante a “Belle Époque”<sup>9</sup> se modernizou e urbanizou tanto em sua arquitetura, quanto em seus aspectos culturais.

Belém tão acentuadamente afrancesada na sua cultura urbana *fin de siècle*, bem ao gosto do diligente apreço dos sujeitos sociais integrantes das suas elites, passara a incorporar um elemento a mais da identidade da Paris matricial: *Marianne!* A quase imemorial figura feminina, síntese de todas as virtudes reunidas na *mãe*, e à qual os franceses confiaram o que de melhor alimentou o coração republicano da França [...] (COELHO, Geraldo Mártires, 2002, p. 15)

O uso dos símbolos franceses no imaginário republicano expressa a proximidade das elites com o pensamento francês, principalmente a figura feminina para representar a República. Essa nova dinâmica entre as cidades durante o século XIX, gerou um importante centro de formação da vida cotidiana.

Durante todo o século XIX e início do XX as cidades ganham novos aspectos [...] percebe-se que a cidade é um elemento em constantes transformações, multiplicidades, interrupções, movimentos e continuidades que devem ser compreendidos pelo pesquisador, a tornando o fio condutor de suas análises.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Para uma melhor contextualização ver: SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riqueza produzidas na Belle Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

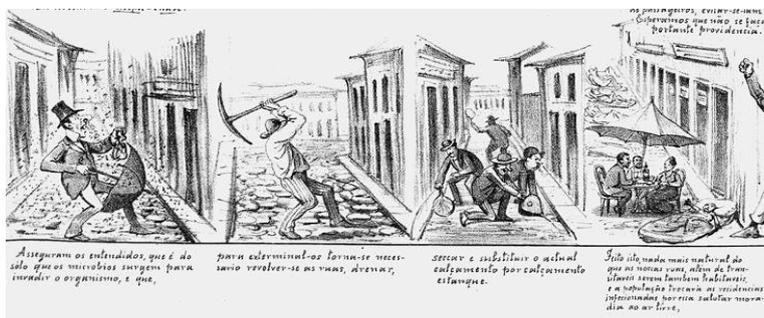
<sup>10</sup> QUARESMA, Luiz Augusto Barbora.; SARGES, Maria de Nazaré. “Entre o Povo e a Elite”: percepções de Belém na obra de Humberto de Campos. In: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília-DF, p. 04.

Para a história, os eventos históricos devem, ser analisados para além de sua localidade sendo entendidos em conjunto com o todo, pois Thompson afirma que o historiador deve analisar entendendo-as como “uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os autores individuais se relacionam de certa maneira”.<sup>11</sup> Com isso, nota-se que as mudanças no ideal de civilização em Vigia e Belém, estavam inseridas em um contexto maior, como por exemplo no Rio de Janeiro, onde é possível identificar em uma edição de 1891 na “Revista Ilustrada” algumas gravuras sobre esse processo nas ruas da capital do país.

**FIGURA 05 – RECORTES DA REVISTA ILUSTRADA, NA QUAL É FEITO UMA CRÍTICA SOBRE OS GASTOS COM A HIGIENIZAÇÃO PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO EM 1891**



<sup>11</sup> THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 50



**Fonte:** Biblioteca nacional digital, hemeroteca digital – Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, 1891, ed. 625, p. 04

Nas gravuras acima é possível ver como é representado o projeto de saneamento público e a crítica sobre os gastos públicos, na primeira figura a higiene pública é representada por uma grande boca, na qual é alimentada por moedas, na qual representam a municipalidade, fazendo referências aos gastos públicos com o projeto modernizador.<sup>12</sup>

Em Belém os processos de modernização estavam expressos principalmente nos Códigos de Postura, nos quais foram criados,

[...]com o objetivo de disciplinar e controlar os hábitos da população; a reforma urbana cujos símbolos maiores foram o alargamento, calçamento e arborização das ruas; o saneamento da cidade, a criação de espaços de sociabilidade e lazer, ao gosto da elite, como os cafés, cinemas, teatros, bosques, parques e quiosques; a construção de prédios suntuosos; a instalação do sistema de energia elétrica e dos bondes elétricos, além do próprio vestuário refinado seguindo os padrões desfilados nas ruas de Paris. [...] (SOEIRO, Antonio Igo Palheta, 2012, p. 36)

<sup>12</sup> Na segunda figura, é posto o processo de limpeza das ruas, que é de onde vem os micróbios, então no processo o calçamento e retirado, lavado e secado, e depois trocado, no final do quadro é afirmado “Feito isto, nada mais natural do que as nossas ruas além de transitáveis serem também habitáveis [...]”, no final diz que as pessoas iriam deixar as casas “infectadas” e ir para a “moradia natural”.

Esse processo desencadeado por um controle do poder público sobre os moradores, envolvem a transformação dos padrões da cidade, justamente para atender a uma específica elite da borracha, dentre outras.

### **A adesão de Vigia a República: A política dos símbolos e festejos**

A notícia da proclamação da República se propagou por Vigia de Nazaré, no dia 20 de novembro, aproximadamente, cinco dias após os eventos no Rio de Janeiro, publicada oficialmente através de um “boletim” no jornal “O Liberal da Vigia”, no qual foi transcrito no jornal “O Liberal do Pará”. O título está escrito da seguinte forma “Ao Povo Vigiense”, informando que os “acontecimentos recentes” geraram as grandes mudanças na forma de governo de “Monarquia” para “República”, afirmando assim que o Partido Liberal daquela cidade aderiu ao “novo sistema”, uma vez que, segundo o noticiado, este não possuía motivos para se opor. Outro trecho da notícia convida os cidadãos que forem a favor da adesão do “movimento republicano”, para que comparecessem em uma reunião política na noite de domingo, 24 de novembro, às 19h na casa do cidadão Joaquim Manoel de Carvalho,<sup>13</sup> no final da notícia constam as seguintes assinaturas: “Joaquim Manoel de Carvalho, Francisco de Moura Palha<sup>14</sup> e Manoel Felipe da Costa”, todos esses personagens tinham patentes na carreira militar e influências antigas no meio político na cidade de Vigia.

---

<sup>13</sup> O Liberal do Pará, 1889, ed. 265, p. 01.

<sup>14</sup> No dia 08 de junho de 1889. F. M. Palha é reformado no posto de capitão da 1° companhia do 9° batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Vigia. (Jornal O Liberal do Pará, Belém, ed. 128, p. 2).

## A Festa de chegada dos representantes do novo regime em Vigia de Nazaré

Uma das principais características do processo de instauração da República é a necessidade de se afirmar a partir da reformulação dos símbolos nacionais para novos significados, que de fato construísem uma ideia de que o novo regime estava presente em meio ao país, como por exemplo, o hino, a bandeira, o nome das ruas.

A ideia central era de se desfazer de toda a herança que trouxessem memórias do antigo regime monárquico brasileiro, assim entre tais práticas simbólicas, também há a presença das chamadas “festas republicanas ou banquetes republicanos”,<sup>15</sup> que fazem parte do meio cultural da elite republicana. Além desses festejos também aconteciam criações de datas especialmente para um novo marco republicano, a mudança das datas do antigo calendário para novas, também tem um grande peso na manutenção do poder simbólico, pois coloca em prática uma nova memória de determinado evento, fato ou pessoa.

[...] primeiramente é preciso levar em conta o papel das datas, que é de manter a memória determinado fato, pessoa ou de um grupo, marcando seu início e fim, tornando-se marcos referenciais [...] para muitas datas que se transformaram em marcos comemorativos, como as datas nacionais ou as datas oficiais [...] criam-se rituais objetivando o envolvimento da sociedade, visando atingir a consolidação do novo regime. (MOURA, Daniela de Almeida, 2008, p. 28).

Segundo Daniella de Almeida Moura,<sup>16</sup> o calendário republicano criado no dia 14 de janeiro de 1890 define algumas datas de comemoração nacional, que são as seguintes:

---

<sup>15</sup> MOURA, Daniella de Almeida. **Banquetes paraenses**: Representações de uma República em construção (1889-1903). Laboratório de História / UFPA: 2005.

<sup>16</sup> Ibid. opt. Cit.

#### QUADRO 04 – CALENDÁRIO REPUBLICANO DE 1890

1 de janeiro: Comemoração da fraternidade universal;
21 de abril: Comemoração dos precursores da Independência brasileira, resumidos em Tiradentes;
3 de maio: Comemoração da descoberta do Brasil;
13 de maio: Confraternização da fraternidade dos brasileiros
19 de julho: Comemoração da República, da liberdade e da Independência dos povos americanos;
7 de setembro: Comemoração da Independência do Brasil;
11 de outubro: Comemoração da descoberta da América;
2 de novembro: Comemoração geral dos mortos;
15 de novembro: Comemoração da pátria brasileira.

É possível observar bem essa mudança após a transição de Monarquia para a República, uma vez que os grupos que estavam no controle do Brasil acabam mudando. Dessa forma, a cidade de Vigia, também apresentou reflexos desse processo de afirmação da república, prova disso é a notícia no jornal *O Liberal do Pará*, o qual, a adesão de Vigia à república, aconteceu entre alguns símbolos e festejos, como importantes ferramentas de representação e poder, pois para a legitimação do Regime republicano era preciso a manipulação do imaginário social, para recriá-lo a partir dos novos valores que surgiram com instalação da república. Haja vista, que o imaginário é o território de manifestações das ideologias, dos símbolos, dos mitos, das representações.

Tratava-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos. [...] a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do Imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração,

isto é, as aspirações, os medos, e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (CARVALHO, José Murilo de, 1990, p.11)

Nesse contexto, na notícia intitulada “Adesão de Vigia”, é noticiado que a adesão da cidade “já é pública agora”, na qual foi “sincera”, “espontânea” e “entusiástica”, os comissários enviados pelo governo se encontravam presentes durante o evento, a notícia ainda descreve que os chefes dos antigos partidos Liberal e Conservador da cidade de Vigia, convocaram seus membros para uma reunião à noite. Com isso, às 16h, surge o barco a vapor chamado “Bragança” cheio de alegorias e bandeiras soltando foguetes próximo ao porto da cidade.

[...]Imediatamente sobem também ao ar, de pontos diferentes, grande número de foguete, e um avultado número de pessoas se dirigem à ponte pública, aonde, ao desembarcar o delegado – commissario do governo, são erguidos -vivas – à – República. (Jornal O Liberal do Pará, Belém, ed. 271 de 30/11/1889, p.02).

As pessoas que estavam à bordo da embarcação, são citadas na notícia do jornal como “delegados – commissarios do governo”, esses são Gonçalo de Lima Ferreira e os “drs. Ovidio e Farias”. Assim, após o desembarque foi marcada uma reunião às 19h no Paço Municipal de Vigia de Nazaré, a fim de tratar sobre a adesão da República. Uma “grande ocasião” que reuniu os políticos dos maiores partidos da cidade, surgindo nesse evento, a oportunidade de criação de novas alianças e também a nomeação aos melhores cargos dentro da cidade.

A configuração que ocorreu durante o processo de adesão de Vigia à República, demonstra a importância de se analisar e entender o processo de interiorização republicana, toda a amplitude da festa, as autoridades políticas e as simbólicas queimas de fogos de artifício, es-

tão realçadas como alegorias estratégicas da formação da nova ideia de que a República chega com força, adentrando a cidade de uma forma que transpassasse ao povo: O Brasil, o Pará e a nação toda estavam em festa com a vitória sobre a Monarquia. No entanto, é dever do historiador trazer a crítica para com o documento, dessa forma, quem comemorou de fato a República? Foi um regime para o povo ou para as elites que ganharam cargos e poder?

No Paço Municipal, com a chegada da hora da reunião, às 19h, se fizeram presentes os vereadores que ocuparam seus acentos e os demais cidadãos também presentes. Deu-se início então, a reunião sobre a adesão de Vigia à República. No primeiro momento da reunião, o presidente da câmara municipal de Vigia apresentou a proposta de adesão. Com isso, o vereador Lauriano Gil de Sousa, foi o primeiro a se pronunciar, e solicitou que antes da intervenção dos membros da câmara, os cidadãos presentes manifestassem suas opiniões sobre o assunto, o jornal não descreve falas de qualquer um do povo. Dessa forma, após a colocação de Gil de Sousa, se manifestaram, Francisco de Moura Palha, Abraão Furtado Athayde e o professor Quintino de Araújo Nunes, políticos ligados ao antigo partido liberal. Após as falas concedidas a essas autoridades e representantes políticos da cidade, assistem ao pronunciamento final de um dos membros do governo que vieram na embarcação, o dr. Ovidio, que fez seu discurso e ao terminar, foi feita a decisão definitiva pelos representantes da cidade, que optaram por aprovar a proposta recebida pela câmara. Com isso, nota-se que a negociação da aclamação da cidade esteve inicialmente nas mãos de poucos homens da política, e assim após votação, Vigia aderiu a República:

Então frenéticos e prolongados gritos de: Viva a República ressoaram na sala e imediações do edifício e a banda musical “31 de Agosto” executou um hino adquadamente preparado pelos habéis artistas

Monteiro Brazil e Fortunato Athayde, seguindo-se a aprovação da proposta pela câmara e a assinatura da respectiva [...] por todos os cidadão e uma passeata pelas principais ruas da cidade. (ibid.)

O trecho da notícia nos possibilita imaginar o tamanho da festa republicana que aconteceu após a aclamação em Vigia de Nazaré, onde a banda de música tradicional “31 de Agosto”, tocou pelas ruas da cidade, enquanto pessoas soltavam “vivas à república”. Esses festejos, músicas, bandeiras fazem parte da construção simbólica do poder, na qual apagar a imagem do antigo regime, atingiria seu êxito se este fosse “superado” com a nova tradição da república. Os jogos de poder e as bandeiras toam parte, as representações gráfica, discursos, grupos e a imprensa, são estratégia para legitimar o novo regime. Pode-se notar a partir de Pierre Bourdieu no que tange a esfera ideológica “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). Os festejos no interior e a troca de nomes de ruas, são composições que aos poucos constroem uma nova roupagem da imagem do regime republicano, tentando apagar a imagem do antigo regime imperial, necessário para a legitimação do novo regime em Vigia de Nazaré. Desse modo, a República, enquanto uma tradição surgida recentemente, precisava legitimar novos padrões de caráter social, político e ideológico. Pois, apesar de nova, a república brasileira precisava apresentar suas bases históricas, estabelecendo uma continuidade com o passado histórico, mesmo que de forma artificial. Essas práticas simbólicas e ritualistas de invenção das tradições<sup>17</sup>, buscam em certa medida, naturalizar determinados valores e costumes a partir da repetição.

---

<sup>17</sup> HOBBSAWM (1997, p. 9-10) entende por tradições inventadas “O conjunto de práticas [...] de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado histórico. Aliás, sempre que possível tentou-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.”

Esquecer a experiência do Império: este era o sentido da invenção republicana. Para realçar o tempo presente e a modernidade de suas propostas, o novo regime apagava significados políticos e sociais do estabelecimento do princípio de gratuidade da instrução primária, aos cidadãos, na Constituição de 1824, e as suas repercussões nas disputas pelos significados, extensões e limites dos direitos de cidadania. (SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello, 2009, p. 37).

As transformações ocorridas com o advento da República, não agradaram de modo unânime todos os agentes sociais que participaram de sua construção, muitos destes ficaram de fora da manutenção e divisão do poder, gerando a própria oposição entre o que foi a união anterior para a proclamação. Nesse momento, surge uma indagação interessante a se pensar: Em meio os grandes festejos, elites e próprio povo, quem são as pessoas encarregadas de trazer a República até Vigia, ou seja, quem são os representantes do novo regime?

### **A Formação dos grupos políticos após a proclamação**

No dia 29 de dezembro de 1889, principalmente após a adesão do partido Liberal à República, alguns membros foram convidados para formar uma comissão direcionada à cidade de Vigia de Nazaré, sendo que às nove horas da noite no escritório de advocacia de Francisco de Moura Palha, reuniu-se o grupo político que estava respaldado, para representá-lo formalmente, chamado de “Diretório do Partido Republicano” designado assim, naquela noite, com a função de conduzir os interesses do partido do governo em Vigia, juntamente com a formação deste diretório, havia um termo formal

de adesão, documento necessário para também legitimar o controle sobre Vigia. José Paes de Carvalho é citado na notícia como chefe do Partido Republicano da capital do Pará, no qual deu ordem para formar uma comissão para organizar o “Termo de Adesão”.

[...]pois o fim da commissão é conhecer os verdadeiros patriotas que adherem e acompanham francamente o Partido Republicano de que é chefe o distincto cidadão dr. José Paes de Carvalho. E para constar mandou a mesma commissão lavrar no presente termo, que vae tambem assinado por ella assignado. Eu Francisco Abrahão Furtado Athayde secretario que subscrevo e assigno. Francisco de Moura Palha, Gregório N. Nunes da Costa, José Angelo Gomes, Manuel Francisco Vilhena, Miguel Arcanjo de Souza. (Jornal A República, 1890, Belém, ed. 13 de 04/03/1890, p. 01)

As assinaturas citadas na notícia na íntegra, preenchem quase metade da página do jornal “A República”, mas um dos principais nomes dessa nova conjuntura política escolhida por Paes de Carvalho, a favor do “partido do governo”, é a assinatura do Capitão Francisco de Moura Palha. A partir dessa listagem é possível identificar os principais nomes dos apoiadores do regime republicano em Vigia.

Nesse momento, na cidade de Vigia, a configuração dos novos grupos políticos ganha forma e nomes, o próximo passo foi definir as lideranças políticas a favor do novo regime. No entanto, os republicanos já haviam se dividido na capital, Belém, as divergências originaram o Partido Republicano do Pará (PRP) e Partido Republicano Democrata (PRD). Nesse caso, segundo Farias (2016), o “PRP” tem sua organização e objetivos ligados aos interesses e propostas dos “republicanos históricos”, termo utilizado para se identificar os divulgadores do regime republicanos que atuavam desde os tempos que antecedem

a proclamação, não tendo também ligações com outro partido durante a Monarquia, já no PRD, temos o termo “adesistas republicanos”, na qual identifica um grupo de políticos que aderiram ao regime após a Proclamação da República.<sup>18</sup>

Em um primeiro momento desde o termo de adesão podemos ter uma panorama geral de quem são as pessoas envolvidas nesse processo de chegada da República em Vigia, a formação do diretório do Partido Republicano em Vigia de Nazaré, organizou-se da seguinte forma:

#### QUADRO 05 – DIRETÓRIO DO PRP DE VIGIA DE NAZARÉ<sup>19</sup>

Cargo	Nome
Presidente	Capitão Francisco de Moura Palha.
Vice-presidente	Capitão José Angelo Gomes.
Secretário	Tenente Franciso Abrahão Furtado Athayde.
Membro	Capitão Manoel Francisco de Vilhena.
Membro	Alfêres Miguel Archanjo de Souza.
Membro	Alfêres Gregorio Naziazeno Nunes da Costas.
Membro	João do Espirito Santo Medeiros.

Tendo sido organizada a formação dos representantes do PRP do partido do governo, o partido opositor começa a formar o núcleo em Vigia, no dia 23 de janeiro de 1890, estão assim, previamente composto:

<sup>18</sup> O termo “adesistas republicanos” é uma denominação que alguns historiadores utilizam, como por exemplo a historiadora Maria de Lourdes Janotti. (FARIAS, 2016).

<sup>19</sup> Jornal Cidade da Vigia, 1890, ed. 16, p. 01

## QUADRO 06 – DIRETÓRIO DO PRD DE VIGIA DE NAZARÉ<sup>20</sup>

Cargo	Nome
Presidente	Coronel Joaquim Manoel de Carvalho
Membro	Capitão Manoel Felipe da Costa
Membro	Capitão Francisco Antonio Rayol
Membro	Professor Francisco Quintino d'Araujo Nunes
Membro	Tenente José Marques d'Araujo Rego

Bertoldo Nunes também fez parte do PRD, atuando mais por Belém onde residia e trabalhava.<sup>21</sup>

Assim foi composta a configuração política em Vigia de Nazaré, em meio aos primeiros momentos após a proclamação, os grupos políticos crescem e ganham forma e as disputas pelo poder da cidade também. As batalhas travadas na imprensa revelam lados distintos da República e a construção ideológica por trás do novo regime instaurado na cidade, ocasionando o surgimento de um verdadeiro campo de batalha simbólicas e representações. Com isso, se faz necessário “Indagar quais os grupos sociais que se associam para dar o golpe ou fazer a revolução, contra quem e contra o que se dirige o movimento e em favor de quem e de que [...]” (COSTA, 2010, p. 388). Sendo assim, é importante construir um mapa das divisões dos grupos políticos que pretendem disputar o poder, ambientando ainda mais a intensa disputa pelo controle do regime republicano em Vigia de Nazaré, essa batalha dos símbolos se desencadeia de forma pontual entre os representantes políticos e o povo.

<sup>20</sup> Jornal O Democrata, 1890, ed. 41, p.2

<sup>21</sup> Jornal O Liberal do Pará, ed. 289 de 1889, p.2; O Democrata, ed. 24 de 1890, p.1

## CAPÍTULO 3

---

# JOGOS DE PODER: AS DISPUTAS POLÍTICAS, IMPRENSA E ATUAÇÃO DOS LETRADOS NA ACLAMAÇÃO DO NOVO REGIME EM VIGIA DE NAZARÉ

---

### **Os momentos iniciais do novo regime: as mudanças no poder vigente**

Uma das principais tarefas feitas para a concretização do novo regime, foi apagar os antigos símbolos da monarquia, havendo a criação do Governo Provisório, todavia, para a formação do novo poder vigente foi necessária a dissolução da Câmara Municipal de Belém, símbolo da monarquia, ressignificando-a simbolicamente com a criação dos sistemas de Intendências. Nesse sentido, o governo e a Junta Provisória organizaram a criação de um decreto, no final de 1889, na qual dois dias após esse decreto, foi formulado o Conselho de Intendência Municipal (BARROS, 2007).

A Intendência Municipal, realizava funções executivas, tendo por objetivo substituir o modelo da Câmara Municipal, a fim de não abdicar das localidades sem antes ali, organizarem uma representatividade política. A organização desse sistema no estado do Pará funcionava da seguinte forma: era formado por sete indivíduos e entre eles, escolhiam um, para exercer a função de presidente do conselho (FERREIRA, 2015). Em Belém os membros nomeados para compor esse conselho foram organizados da seguinte forma,

**QUADRO 07 – CONSELHO DE INTENDÊNCIA  
MUNICIPAL DE BELÉM EM 1889**

<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>
Presidente	Manoel de Melo Cardoso Barata
Vogal	Gentil Augusto de Moraes Bittencourt
Vogal	Gonçalo de Lima Ferreira
Vogal	Inácio Gonçalves Nogueira
Vogal	Basílio Magno de Araújo

Esses são os principais encarregados da organização desse novo órgão jurídico.<sup>1</sup> A função do Presidente do Conselho está descrita no Decreto de nº458 de 7 de julho de 1890,

Art. 1º Compete ao presidente do Conselho de Intendencia Municipal, no seu impedimento ao vice-presidente e no impedimento deste ao intendente de justiça, o julgamento das infrações de posturas municipais, com recurso voluntario para o Conselho de Intendencia.<sup>2</sup>

Barros (2007), apresenta essa nova configuração com a chegada do regime republicano, na qual a intenção ideológica pressuposta com a estruturação do sistema dos Conselhos de Intendência Municipal, demonstra evidentemente o esforço, dos representantes do novo governo, em apagar as marcas do antigo regime, assim também, como formar a nova liga de poder político, uma vez que as Assembleias Legislativas Estaduais foram dissolvidas pelo Governo Provisório Federal. No ano seguinte, Justo Leite Chermont, eleito pelo governo

---

<sup>1</sup> No caso dos “vogais”, esse cargo faz referência ao funcionamento semelhante aos “vereadores” da extinta Câmara Municipal naquele contexto, no entanto apenas assessoravam o Intendente (BARROS, 2007, p. 118).

<sup>2</sup> **Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 1236 Vol. 1 fasc.VI.** Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-458-7-junho-1890-507278-publicacaooriginal-1-pe.html>>

provisório ao cargo de governador do Estado do Pará, com o objetivo de remodelar o Conselho Municipal e com a estratégia de se manter forte no poder, acaba por utilizar o Decreto de nº 67, modificando o Conselho, composto agora por sete vogais.

#### QUADRO 08 – NOVO CONSELHO MUNICIPAL DO PRP DE BELÉM EM 1890.<sup>3</sup>

Cargo	Nome
Presidente	Manoel de Melo Cardoso Barata
Vogal	Gonçalo de Lima Ferreira
Vogal	Dr. Virgílio da Bohemia Sampaio
Vogal	Antônio Joaquim da Silva Rosado
Vogal	José Teixeira da Mata Baçelar
Vogal	Antônio Delfim da Silva Guimarães
Vogal	Antônio Magno da Silva
Vogal	Filadelfo de Oliveira Conduru

Com isso, os personagens do novo cenário político começam a aparecer, onde os “líderes” do Partido do governo começam a selecionar os “protagonistas” e representantes da República, esse evento passa tanto por inclusões, quanto por exclusões de elites políticas, pois, uma vez que um grupo é escolhido, outro, naturalmente, é deixado de fora. Este fator, é um ponto crucial para o rápido crescimento da oposição.

Após o período de governo provisório, algumas mudanças vão acontecer, e os representantes da Intendência de Belém vão se modificar, como por exemplo, no próprio cargo de governador, que passa para a atuação de Lauro Sodré, eleito para governar o Pará, no período de 1891 a 1897.

<sup>3</sup> BARROS, José Haroldo Oliveira de. **O Imaginário da República em Cametá**: Republicanos, Democratas e outros partidos na batalha da Construção da República em Cametá/Pará (1886-1906) Coleção Novo Tempo Cabano, Vol. III, Cametá-Pará, 2007, p. 118.

#### QUADRO 09 –INTENDÊNCIA DE BELÉM ENTRE 1891 A 1894.<sup>4</sup>

Cargo	Nome
Presidente	Dr. Gama Abreu – Barão do Marajó
Vogal	Dr. José Antônio Pereira Guimarães
Vogal	José Marques Braga
Vogal	Dr. Teodorico Cícero Ferreira Pena
Vogal	Antonio Delfim da Silva Guimarães
Vogal	Filadelfo de Oliveira Conduru
Vogal	Cícero da Costa Aguiar
Vogal	Ramiro da Silva Castro

Nesse viés, com a chegada dos novos representantes partidários em direção ao controle do Pará, essa estratégia foi expandida aos interiores, no caso mais especificamente, em Vigia de Nazaré.

A dissolução da Câmara Municipal de Vigia ocorreu de acordo com o Decreto nº 32, de 05 de fevereiro de 1890, que fora substituída pelo modelo de Intendência, na qual o Intendente municipal faz o papel do chefe Executivo, na maioria das vezes, um militar e em Vigia esse militar foi o Capitão Francisco de Moura Palha.

Por outro lado, a insatisfação à essas ações republicanas, era confrontada de maneira rígida pela oposição, exemplo disso foi uma notícia no jornal “O Democrata”, expressando uma crítica para com a decisão que o governo republicano havia tomado, juntamente com o Diário de Notícias.

O Diário de Notícias, reclamando instantaneamente a dissolução das Camaras Municipaes, parece não ter outro fim senão preconizar o regime da Ditadura e procurar fazer ocupar exclusivamente por pessoal do partido republicano. [...] Uma vez que o

<sup>4</sup> Ibid., p 120.

Governo declara que ainda não foi confiscada a liberdade da manifestação de pensamento por meio da imprensa [...].<sup>5</sup>

As críticas expressas na notícia, foram feitas pelo professor Araújo Nunes,<sup>6</sup> e expressam a divergência dos ideais dos grupos políticos, que tinham consciência da importância dessas disputas políticas nos jornais, para a vitória de suas versões da república. Em outro trecho, Araújo Nunes, prossegue argumentando que as Câmaras Municipais não deveriam ser afetadas com as ações do governo, pois elas vinham de uma origem popular e ressaltava que não adiantava essa mudança nas câmaras municipais, se o sistema de intendência era formado pela “[...] mesma gente estragada [...]” da politicagem do Império.

Com isso, as ações do novo governo, influenciam diretamente nos rumos que a República seguiu. Isso nos faz pensar, o quanto a democracia, que em tese é o ponto central de uma República, não achou espaço nos projetos individuais das elites. O Conselho de Intendência de Vigia de Nazaré, é então formado, ficando responsável pelo suporte político na cidade em correspondência com o Governo do Pará.

#### QUADRO 10 – CONSELHO DE INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE VIGIA EM 1890

Cargo	Nome
Presidente	Capitão Francisco de Moura Palha
Secretário	Octaviano Geraldo Ferreira
Vogal	Tenente Francisco Abraão Furtado Athayde
Vogal	Tenente Miguel Archanjo de Souza
Vogal	João do Espírito Santo de Medeiros
Vogal	Alferes Gregorio Naziazeno Nunes da Costa

<sup>5</sup> Jornal O Democrata, Belém, 1890, ed. 29, p. 01

<sup>6</sup> Intelectual e professor, adepto ao PRD em Vigia. Irmão de Raymundo Bertoldo Nunes.

No quadro 10, está expressa a organização dos representantes escolhidos para exercer o controle político de Vigia de Nazaré. Desse modo, Francisco de Moura Palha é o militar escolhido para comandar a presidência do partido, tanto quanto as decisões tomadas na cidade. Algum tempo depois, com o surgimento do cargo de Intendente Municipal, na representatividade de um chefe executivo, semelhante aos prefeitos, Moura Palha é eleito e a partir desse momento, o controle da cidade Vigia, estava consolidada em suas mãos, dando início à estruturação do regime local, em um período na qual, a república vigiense fora descrita como uma ditadura.

### **A Configuração da Imprensa Republicana no Pará: Intercâmbios entre Belém e Vigia**

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato, ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (STEPHANOU, 2001, p. 45).

Stephanou (2001) afirma que a imprensa para além de um veículo de informação de notícias, é também um registro dos interesses políticos e econômicos dos grupos que registram e criam o fato, destacando o que deve ser noticiado e o que deve ser esquecido. Com isso, a imprensa ganha forte proporção, com a transição de regime, pois assim como os republicanos ganham destaque no cenário político, os monarquistas mantiveram uma postura de oposição. Porém, assim que a agitação política começou a se amenizar, surgiu na imprensa, uma forte política partidária, entre o PRP e o PRD. Dessa forma, a imprensa é

essencial como fonte de pesquisa para o historiador, pois os jornais são importantes registros políticos e ideológicos dos discursos dos grupos que queriam construir a realidade republicana e convencer a população de que, a república deveria ser exaltada como uma forma de governo eletivo e associada a ideia dos princípios republicanos para serem aceitos pelo povo. Nesse sentido, a imprensa se torna o principal meio de divulgação de ideias de um grupo letrado, em que ali, nas páginas dos jornais, versavam sobre suas redes de sociabilidades, seu cotidiano, aspirações políticas, intenções ideológicas, mas acima de tudo atuavam na formação de uma opinião pública.<sup>7</sup> No contexto deste livro, a configuração da imprensa é interessante para entendermos o processo de construção de uma opinião pública sobre o regime instaurado, pois era por meio dos jornais que os políticos republicanos propagavam suas ideias, construíam seus discursos e afirmavam o seu poder.

Os jornais, além de serem meios de comunicação capazes de informar eventos, promover transformações, divulgar notícias, também são construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos. Constroem possibilidades de transformações à medida que provocam os burburinhos nos locais mais movimentados. Os jornais são espaços de manifestações de valores de grupos sociais e partidos políticos. (FARIAS, William Gaia, 2016, p. 47-48)

Desse modo, é nos jornais, que os republicanos brasileiros constroem suas versões do novo regime, desde a publicação do Manifesto Republicano, em 1870, até em 1886, com a fundação do clube republicano do Pará, para uma campanha mais sistemática da república, assim também como a difusão do regime para o interior do Estado.

---

<sup>7</sup> Na França e Alemanha a imprensa foi veículo de disputas estéticas e geracionais, que personificaram o combate da burguesia pujante contra a aristocracia decadente. No Brasil, sua importância crescia no século XIX aos olhos contemporâneos, à medida que se definia como um espaço determinante da formação e confirmação da opinião pública. (GOUVEA, Magali, 2015, p. 15)

## A Imprensa Republicana no Pará

Os discursos republicanos só começam a ser difundidos e propagados no Pará de maneira sistematizada, após a fundação do Clube Republicano em 1886, onde a campanha republicana começou a ganhar engajamento sistemático na imprensa com as ideias de Justo Leite Chermont, Lauro Sodré e José Paes de Carvalho, personagens estes que desempenharam um papel fundamental na campanha republicana e com isso assumiram posições de destaque na política do Estado do Pará. Desse modo, na terceira reunião do clube Republicano, ocorrida na residência de José Paes de Carvalho, na Rua São Vicente, ficou consolidada a criação de um jornal para fazer a campanha do clube republicano. Esse jornal ficou conhecido como “A República”.

FIGURA 6 - CAPA DO JORNAL A REPÚBLICA.  
PARÁ/BELÉM, ANO I, PÁG. 01



**Fonte:** BARROS, José Haroldo Oliveira de, O Imaginário da República em Cametá: Republicanos, Democratas e outros partidos na Construção da República em Cametá/Pará (1886-1906), coleção Novo Tempo Cabano, Vol. III, 2007, p. 116.

Nesta edição, o jornal “A República” mostra o governador do Estado Justo Leite Chermont, e José Paes de Carvalho, Chefe do Partido Republicano. E em suas edições versavam sobre os ideais republicanos, como por exemplo, o direito à cidadania, o federalismo, a democracia, o fim da escravidão, e a soberania do povo frente à tirania, colocavam-se, contra as instituições monárquicas.

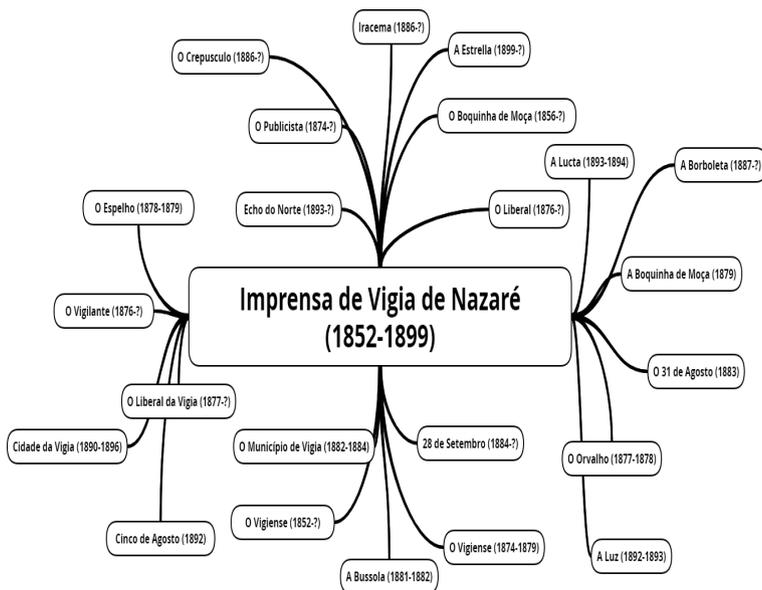
### **A Imprensa Republicana em Vigia de Nazaré**

Cidade de vigia foi a segunda cidade do Pará a apresentar um jornal, sendo este “O Vigiense”, que começou a circular em 1852. Com isso, a imprensa tem um papel fundamental na Constituição de uma esfera pública, tanto é que conforme Brígida e Seixas (2019), Vigia possuía, no século XIX, 23 periódicos, referenciados na figura 7, que versavam sobre os mais variados assuntos do cotidiano vigiense, como cultura, política, costumes, modernização, entre outros.

A figura abaixo, faz uma relação dos principais jornais que existiam em Vigia de Nazaré no século XIX, muitos eram ainda manuscritos, o que levou à degradação e só conseguimos saber de sua existência a partir de transcrições em outros periódicos. Porém, esse levantamento mostra que mesmo sendo, um período, antecedente ao alvorecer da República, a cidade de Vigia de Nazaré organizou efetivamente a sua estrutura de comunicação e estruturou fortemente sua imprensa, possibilitando a existência de um campo de atuação dos grupos que a detinham certa autoridade política nas disputas pelo poder.

Nesse sentido, a imprensa na cidade de vigia era de suma importância, pois tratava-se de uma pequena cidade no interior, cercada de discursos de um grupo republicano, que buscava apresentar a imagem do novo para a grande população, pois a imprensa é “uma prática

**FIGURA 7- CONFIGURAÇÃO DA IMPRENSA OITOCENTISTA EM VIGIA DE NAZARÉ**



constituente da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais.” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258). Dessa forma, a imprensa vigiense, nos ajuda a entender as configurações políticas, as conjunturas econômicas, as práticas sociais, na qual determinado jornal está inserido, pois o contexto histórico influencia diretamente na forma a qual a imprensa se articula, pois a imprensa não representa o mundo, como se estivesse imparcial a ele, mas é o próprio espaço de articulação de projetos, de construção de realidades, de afirmação de discursos e de hegemonia ideológica, ligadas ao interesse do proprietário.

Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila

interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257-258).

Dessa maneira, cabe citar, 3 Jornais que tiveram grande importância, na transição do Império à República, não só na afirmação dos discursos de um grupo, mas também na formação de uma esfera pública que em “sua atuação delimita espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”.<sup>8</sup> Esses jornais, são O Espelho, que circulou durante o império, por ser um jornal com caráter civilizador e cultural que tratavam de temas inicialmente ligados à Revolução Francesa, inserção de novos valores na sociedade e sobre a ideia de instrução como modelo ideal de nação. Outro jornal importante ressaltar, é “O Liberal da Vigia” que possui forte atuação na política paraense, que na transição do regime foi transformado no jornal “Cidade da Vigia” para fazer campanha no interior do Pará aos moldes do clube republicano de Belém e, por fim, o próprio jornal “Cidade da Vigia”, periódico pelo qual os republicanos vigienses expressavam os ideais de república, pois o jornal ficou encarregado de ser o porta voz do novo governo com a população vigiense.

Com isso, a imprensa se torna um veículo, não só de divulgar informação, mas também de fortalecer ideias em torno de um imaginário sobre determinado assunto, assim como a formação de uma esfera pública. No caso de Vigia de Nazaré, mesmo havendo um número de 23 jornais, que compuseram a esfera pública da localidade, o

---

<sup>8</sup> Opt, cit, 2007, p. 257-258.

único jornal destes que conseguiu fazer a campanha republicana foi o “Cidade de vigia” tendo em sua direção Francisco de Moura Palha e Abraão Ataíde e com isso a formação de uma imprensa republicana em Vigia de Nazaré.

FIGURA 8 – RECORTES DE JORNAIS VIGIENSES O ESPELHO, A CIDADE DE VIGIA E O LIBERAL



## O jornal “Cidade da Vigia”

Francisco de Moura Palha, ao cargo de intendente municipal de Vigia, no dia 01 de março de 1890, consolida a fundação do jornal Cidade da Vigia, junto com Abrão Furtado de Athayde, para fazerem em Vigia de Nazaré a propaganda republicana aos moldes do partido republicano de Belém.

FIGURA 9 – RECORTE DO ANUNCIO  
DO NOVO JORNAL REPUBLICANO NA VIGIA



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, Hemeroteca Digital. Jornal, A República, Belém, 1890, ed. 07, p. 01.

Nesse viés, o jornal “Cidade da Vigia” que circulou na cidade, foi o grande responsável pela campanha republicana em Vigia de Nazaré, pois ficou encarregado de criar uma relação direta com a construção da realidade sociocultural, responsável pela formação ideológica de um imaginário republicano, haja vista que o jornal se torna o porta-voz das transformações ocorridas na sociedade, muito importante na construção de uma opinião pública, pois o jornal cidade da Vigia, muito além de um veículo para transmitir

informação, se tornou um campo de manifestação ideológica dos grupos que faziam parte do cenário político republicano.

FIGURA 10 – CAPA DO JORNAL “CIDADE DA VIGIA”, ÓRGÃO DOS REPRESENTANTES DO PARTIDO REPUBLICANO EM VIGIA



Fonte: Hemeroteca Digital - Jornal “Cidade da Vigia”, 1890, ed. 16, p. 01

A partir dessa formalização do ideário propagandista republicano em Vigia de Nazaré é dado início a estruturação do Partido Republicano do Pará, na cidade, entendendo que os jornais funcionam como espaços de manifestações ideológicas dos grupos sociais e dos partidos políticos, ao mesmo tempo em que são expressos em suas páginas a concepção do jornalista se configurando como uma ferramenta crucial para a afirmação do novo regime (FARIAS, 2016). Com isso,

após os acontecimentos de 1889, Francisco de Moura Palha, doou a tipografia do Jornal “O Liberal da Vigia” para se tornar um órgão do PRD, achando que estes cairiam nas graças do governo. Porém, com a chegada do PRP ao poder, uma carta é enviada do governador do Estado à Bertoldo Nunes, fazendo um convite para este participar da nova organização do governo. Bertoldo não aceitou. E assim se inicia as disputas políticas entre estes, para a construir a República. De um lado um professor, que recusou a proposta de fazer parte do governo, e se manteve do lado do PRD e de outro um militar, Francisco de Moura Palha, que ao receber o convite, mudou seu discurso e transformou a tipografia do “Liberal da Vigia” no jornal “Cidade da Vigia” um órgão do PRP. As disputas políticas entre estes, são fundamentais para se entender os jogos ideológicos que compuseram o cenário republicano na cidade de Vigia.

### **O Professor e o Militar na primeira República: As disputas políticas entre o PRP e PRD**

O jogo político entre PRP e PRD, envolve muitos personagens em meio às disputas por representações na interiorização da República ocorrida em Vigia de Nazaré. Contudo, dois personagens vigienses, antigos aliados do mesmo partido no Império, têm seus caminhos separados pelas divergências políticas. De um lado, um militar, intendente da Cidade de Vigia, do outro um professor que não teve tanta ascensão política, por se opor ao partido do governo. Por meio da atuação desses personagens, é possível entender como a cidade de Vigia se tornou palco das disputas e intrigas entre os dois partidos. Assim também, como são travadas as batalhas partidárias, quem são as pessoas que protagonizam esse enfrentamento e qual foi a resposta do povo vigiense ao governo do novo regime na cidade.

Antes de mais nada, vamos apresentar os dois personagens e como a história deles se conectam com a cidade e como estes políticos vigienses, buscam estruturar suas visões particulares sobre qual deveria ser a posição ideológica do novo regime, resultando uma grande disputa para a construção da república na cidade de Vigia de Nazaré.

### **Um convite do Governo: o início dos conflitos em torno da Cidade de Vigia**

Um dos pontos de partida do conflito é identificar a rivalidade entre o intendente Francisco de Moura Palha com o professor Raymundo Bertoldo Nunes, dentre as quais, nos fazem entender como a política é utilizada para se chegar a objetivos pessoais e se legitimar no poder. Com isso, no dia 14 de janeiro de 1890 Bertoldo Nunes<sup>9</sup>, publica um artigo no jornal “O Democrata” direcionado a Moura Palha. Neste artigo, Bertoldo Nunes comenta como foi que chegou no movimento republicano, tempos antes da proclamação e como o partido liberal vigiense seguiu na busca de reunir forças e aderir ao programa do PRD. Bertoldo diz que é apenas o “prefácio” do que pretende dar a Palha, “O homem que abusa hoje com a maior facilidade do nome do Governo, da mesma forma que não há muitos anos da Religião”.

No dia 15 de janeiro de 1890, o professor membro do PRD e redator do jornal “O Democrata”, Raymundo Bertoldo Nunes, elaborou um artigo em resposta a provocações de Moura Palha, nesta publicação, na qual consistia em escrever um conjunto de publicações no jornal “O Democrata”, denunciando o comportamento político de

---

<sup>9</sup> Aqui nesta notícia Nunes afirma ter sido ele mesmo que lavrou a ata do primeiro club republicano que se organizou na capital, no entanto deixou de assina-la por acidente. Jornal O Democrata, Belém, 1890, ed. 10, p. 03.

Palha antes de 1889, que “revelaria” o verdadeiro “retrato do sr. Palha”, em outras palavras, as verdades por trás dos seus usos da política para o seu benefício próprio.

O desentendimento entre Nunes e Palha, se originou a partir de uma mudança repentina de lado. Bertoldo Nunes recebeu uma autorização do PRD, da capital, para organizar os liberais de Vigia. Nunes compartilhou essa informação com Palha, que ficou surpreso achando que através do partido, seria beneficiado pelo governo, assim dizendo que a tipografia do jornal “O Liberal da Vigia” estava à disposição para se tornar um órgão do PRD em 24 de novembro de 1889. Após 15 ou 16 dias uma carta é enviada, direto da capital, pelo partido go governo, e entregue a Moura Palha, pelas mãos de Bertoldo Nunes. A carta, nomeava Palha como membro da comissão paroquial do PRP.

[...] O sr. Moura Palha metamorphoseou-se com mais celebridade ainda em republicano vermelho, proclamou-se escória necessária do Governo, tentou deportar o dr. Jacome, juiz municipal da comarca, e não cessa de exigir as demissões dos religiosos de hontem.<sup>10</sup>

A mudança repentina de Palha durante o processo de aclamação da República gera as críticas por ter “si vendido” ao governo e no final do artigo é dito “Confesse francamente sr. Palha: Os acenos do poder o fascinaram, fazendo-lhe esquecer a coerência dos princípios. Até amanhã.”<sup>11</sup> No dia seguinte 16 de janeiro, Nunes escreve o “ultimato”, nome do artigo, que versa sobre a troca de Moura Palha de partido em busca do poder. Como é possível uma autoridade política mudar tanto de partido? Nunes termina o artigo questionando se, de fato, Francisco de Moura Palha, era realmente de confiança aos interesses do Governo.

---

<sup>10</sup> Jornal O Democrata, Belém, 1890, ed. 11, p. 02

<sup>11</sup> *Ibid.*

Com a consolidação de Moura Palha como intendente, as denúncias na imprensa se direcionam a ele, em muitas das vezes, no intuito de expor os abusos e usos do poder que este, em nome do governo faz. Exemplo disso, é o recorte do jornal “O Democrata” de 1890,<sup>12</sup> dizendo que na sala do escritório de Palha, foi instalado uma escola noturna, uma agência do correio e o cartório de um escrivão e que o governo pagava o aluguel da escola, e que por ventura, não possuía aluno algum matriculados.

As disputas entre PRP e PRD chegaram a ultrapassar os limites da imprensa e a batalha simbólica se tornou física. Em uma publicação, no dia 13 de junho de 1890 do “O Democrata”, Bertoldo Nunes critica o PRP, escrevendo sobre a “ameaça” que recebeu, na qual foi a seguinte: “O sr. Bertoldo não se esquite muito, porque quem é...de cebo...derrete-se”.<sup>13</sup> A mensagem transmitida ao membro do PRD fez o mesmo lembrar de alguns eventos que segundo ele “aumentaram seu terror à “Republica”, como no caso da tentativa de assassinato do “Dr. Reis”, na qual os “Radicais consideram natural”, assim também, como o incêndio ocorrido no dia 19 de maio de 1890, na oficina tipográfica do Democrata em Belém<sup>14</sup>, finalizando o artigo da seguinte forma: “Uma violência de mais não poderá prejudicar este phantasmazorico periodo de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.”

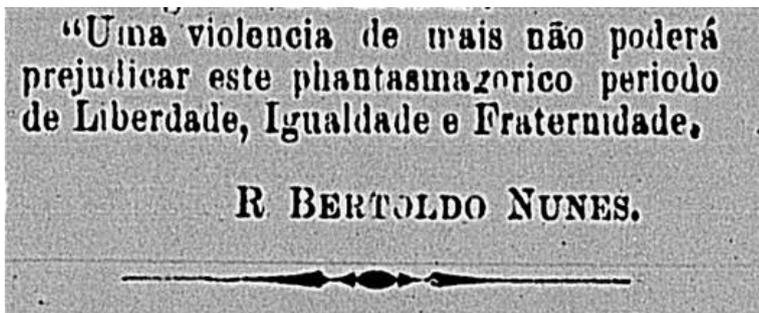
---

<sup>12</sup> Jornal O Democrata, Belém, 1890, ed. 55, p. 01.

<sup>13</sup> Jornal O Democrata, Belém, 1890, ed. 123, p. 01.

<sup>14</sup> Sobre o incêndio ocorrido na tipografia do “O Democrata”, o jornal “A República” na sua edição de número 106 de 1890, apresenta o relatório do 1º delegado de polícia ao juiz de direito do 4º distrito criminal. O relatório conta com detalhes como o incêndio foi violento e destruiu muito da tipografia. No inquérito conta que o fogo começou por volta das 19h da noite, no dia 19 de maio, alertado por um dos moradores de um restaurante próximo, foram acionados bombeiros, policiais, marinha e o a linha de guerra, controlando o fogo apenas às 4h da manhã. A causa do incêndio não foi identificada, mas o dr. Americo Marques de Santa Rosa e o Major Gama e Silva suspeitaram de ser obra de algum inimigo político. A República, Belém, 1890, ed. 106, p. 01

FIGURA 11 – RECORTE DO TRECHO FINAL DO  
ARTIGO DE BERTOLDO, 13 DE JUNHO DE 1890



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, Hemeroteca Digital,  
Jornal O Democrata, Belém, 1890, ed. 123, p.01

Nunes afirma em que a violência do novo regime não poderia prejudicar os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, pois durante sua carreira esteve muito ligado aos ideais que circulavam ao redor do país, defendeu a educação, libertou escravos, fundou um movimento operário, acima de tudo envolveu-se nas lutas de seu tempo.

Segundo Farias (2009) havia uma grande inflamação dos ânimos entre PRP e PRD no período republicano, onde tornou-se comum articulações e acusações, principalmente através da imprensa, chamando os democratas de “monarquistas disfarçados”, “Os Democratas Anarchisando”, acusando-os de enganar o povo, problemas que vão mais além, durante o período que antecedeu as eleições do Congresso Nacional Constituinte, houveram discussões e troca de acusações, provocações e ameaças, chegando ao ponto de ocorrer disparo de arma de fogo na qual atingiu um morador de Santa Isabel.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Jornal A República, Belém, ed. 61, p. 1

## A “contra-revolução” do povo

Mesmo com todos os esforços das lideranças que estavam no poder e toda a construção simbólica dos festejos para aclamação do novo regime, não houve unanimidade no Pará. Há ressonâncias de uma notícia sobre uma certa “contra-revolução” em algumas cidades paraenses. Com isso, trazendo a atenção para as localidades da região do Salgado, no dia 14 de janeiro de 1890, essa notícia foi comentada pelo jornal de Belém “O Democrata” se referindo a uma publicação do “Diário de Notícias” que ocorreu no domingo, 12 de janeiro do mesmo ano.

Em seu título estava estampado na primeira página, na primeira coluna a seguinte frase “Uma contra-revolução iminente, Bragança, Cintra, Marapanim e Vigia revoltadas, as autoridades policiais à frente do movimento sedicioso, os policiais dando vivas á monarchia, a bandeira da Republica rasgada [...]”.<sup>16</sup>

É importante ressaltar que tanto a Bandeira da República quanto o Escudo representavam em si a aclamação do novo regime (BARROS, 2007). O discurso segue mostrando como a postura moderadora do governo “anima” os levantamentos nos interiores, e a forma de repressão “prisões e mais prisões” para conter as desordens são feitas pelo regime ditatorial, que não age conforme as formalidades legais, chamando os membros do partido do governo de “liberais de véspera e republicanos do dia seguinte”.<sup>17</sup>

A partir desse evento, o artigo informa que após os acontecimentos nos interiores, o então governador do Estado do Pará, foi reorganizar o partido do governo nas vilas, cidades e freguesias do

---

<sup>16</sup> Jornal O Democrata, Belém, ed. 10, p. 01

<sup>17</sup> *Ibid.*

Salgado que foram palcos deste evento e os policiais dos locais onde ocorreram as “revoltas”, foram substituídos por outros. As manifestações contra a República são relatadas ocorrendo em algumas cidades, uma delas é a cidade de Vigia, não é dito quem foram os policiais ou se o povo estava presente no ocorrido. No entanto, é possível haver a presença popular nessas manifestações, pois de acordo com Thompson (2011, p. 240) “Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contra teatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto [...]”.<sup>18</sup> As respostas da população em meio ao governo dos militares da primeira República são de fato importantes, pois como agentes históricos desse processo, seu protagonismo não foi nulo.

### **A viagem do governador ao redor do Salgado: Os festejos republicanos no interior do Pará**

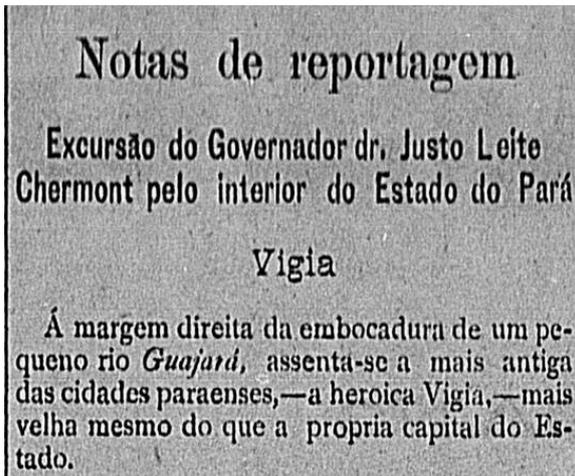
O descontentamento das manifestações que ocorreram em algumas das principais cidades do Salgado paraense, resultou na preocupação do governador em fortalecer as lideranças do partido do governo nesses interiores, procedendo na estratégia política do que foi denominada de “Excursão do Governador Dr. Justo Leite Chermont pelo interior do Estado do Pará”.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (org.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>19</sup> Jornal A República, Belém, 1890, ed. 104, p. 02

FIGURA 12 - RECORTE DA NOTÍCIA DA VIAGEM DO GOVERNADOR JUSTO CHERMONT ATÉ VIGIA



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, Hemeroteca Digital, jornal A República, Belém, 1890, ed. 104, p. 02

Na manhã do dia 09 de junho, um boletim de título “Cidadão”, circulou pela cidade de Vigia. No conteúdo informativo, havia um convite avisando que às uma hora da tarde o governador Justo Leite Chermont, chegaria na cidade. Com isso, era expresso um pedido para que a intendência municipal tratasse de se organizar e convidar todos para comparecerem no local de sua chegada. Mais tarde no mesmo dia, aproximadamente às “meio-dia para 1h da tarde”, Chermont desembarcou do “vapor Cametá”, chegando à cidade através de uma escada de pedras em frente à Intendência Municipal.

A recepção do governador do Pará não passou despercebida pelos representantes do PRP na cidade de Vigia. A entrada por onde passou o governador estava simbolicamente organizada com as cores nacionais, havendo vários estandartes, junto com a queima de fogos,

na qual é comentado na notícia que “[...] não nos deixou pairar a mínima dúvida de que alli se tratava de um festejo patriótico”.<sup>20</sup> O hino nacional era executado por músicos vigienses de várias bandas e uma multidão de cidadãos esperava Chermont.

Seguindo, Chermont caminhou para ver a estrutura da Intendência no centro de Vigia, conhecendo um pouco sobre a estrutura, a qual fora lhe apresentado alguns pontos da cidade e após isso o governador foi convidado para descansar na casa de Rozo Lobato. Já às 3h da tarde, Chermont foi levado até à ponte de Vigia, que atualmente interliga o centro da cidade ao bairro do Arapiranga. A discussão foi sobre a manutenção da ponte, que estava precisando de uma reforma. O acontecimento em Vigia, reuniu muitos personagens da política vigiense, entre outras áreas. Entre as pessoas que estavam presentes no evento, é destacado na notícia alguns nomes, organizados no quadro a seguir:

**QUADRO 11 - ELITES NA RECEPÇÃO DO  
GOVERNADO EM VIGIA 1890.<sup>21</sup>**

Chefe republicano de Vigia Capitão Francisco de Moura Palha
Delegado de Polícia Miguel Candido de Souza
Tenente coronel Lauriano Antonio Gil
Padre Estevão da Costa Teixeira
Juiz municipal Manoel Felipe da Costa
Tenente coronel Agostinho Barriga
Capitão José do Carmo Barriga
Cazemiro Ferreira
Antonio José do Carmo Barriga

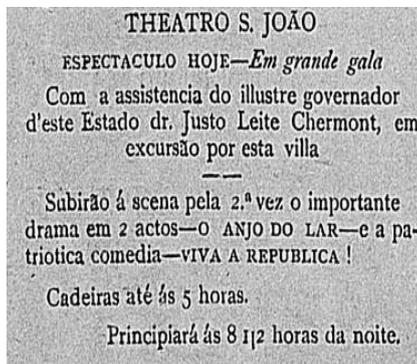
<sup>20</sup> Ibid.

<sup>21</sup> Jornal A República, Belém, 1890, ed. 104, p. 01

Tenente Francisco Abraão Furtado Athayde
Pedro Ferreira Furtado
Manoel Domingos da Costa
Professor Josephino C. R. Lobato
João do Espirito Santo Oliveira
Manoel João de Souza
O promotor público da comarca

A viagem do governador seguiu para a vila de Porto-Salvo, onde Moura Palha e outras pessoas acompanharam Chermont. Na chegada à localidade, semelhantes foram às recepções, com músicos e a população presente. Foi apresentada a escola de 1º grau do sexo feminino com 35 alunas matriculadas, sendo professora a D. Felicia Izabel Duarte da Costa. Após isso, às 2h da tarde, seguiram para São Caetano de Odivelas, reunindo-se com o intendente João Rodrigues dos Santos. O governador segue conhecendo a cidade, suas escolas e o teatro que não se encontrava pronto, no entanto apresentaram uma peça teatral.

FIGURA 13 – TEATRO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS EM 1890



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, Hemeroteca Digital, jornal A República, Belém, 1890, ed. 106, p. 02

Na perspectiva de Coelho (2002) os festejos republicanos são grandes estratégias de aproximação do povo com a teia simbólica que reformulam os sentidos da República, ou seja, a necessidade e preocupação do novo regime em se afirmar, leva ao empenho de se configurar um novo imaginário que se apresentasse como uma nova configuração da sociedade, ligando o povo ao novo regime. Sendo assim, complementando a ideia do autor, com José Murilo de Carvalho “Tratava-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o Imaginário Popular para recriá-lo dentro dos jogos republicanos”.<sup>22</sup>

### **O Pará ferve: manifestações e perseguições**

Ná análise sobre a batalha pela imprensa, mesmo considerando os exageros e boatos, pode-se apreender o termômetro das tensões entre os partidos políticos conflitantes. A cada artigo publicado pelos inimigos políticos, os redatores dos jornais ligados aos partidos contra-atacavam na edição seguinte. Todavia, no início de 1891, as disputas na imprensa demonstravam-se mais intensas e, de certa forma, assinalavam a eclosão de conflitos nas ruas.<sup>23</sup>

As eleições do Congresso Estadual do Pará, realizadas no dia 30 de março de 1891, apresentaram os novos senadores e deputados, eleitos pelo congresso republicano. Segundo Farias (2016), o forte clima de tensão entre os partidos PRP e PRD, durante esse período, marca a intensificação das disputas.<sup>24</sup> Os candidatos de ambos os partidos nas eleições representaram a luta por poder, sendo esse um dos cami-

---

<sup>22</sup> CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

<sup>23</sup> FARIAS, William Gaia. A construção da República no Pará (1886 - 1897). Editora Açáí, 2016, p. 253.

<sup>24</sup> Importante comentar que em 1891 o capitão-tenente da Armada Brasileira Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes é nomeado por Deodoro da Fonseca para Governador do Pará em 1891, colocando Justo Leite Chermont como ministro das relações Exteriores e Interiores (FARIAS, 2016).

nhos diretos ao confronto. A “União Patriótica” do PRD definiu seus candidatos para concorrer nas eleições, Bertoldo Nunes concorreu ao cargo de deputado. Com o resultado das eleições divulgado no jornal *A República*, no dia 01 de abril, o chefe republicano da cidade de Vigia, Francisco de Moura Palha, é eleito Senador do Estado do Pará.<sup>25</sup>

Em Belém, a resposta democrata, após a derrota nas eleições, demonstra a insatisfação com o governo. Por meio, da imprensa os democratas criticam as produções dos redatores do jornal “*A República*”, sendo que “Na avaliação dos democratas, as investidas ocorriam como tentativa esvaziamento dos conteúdos publicado nos jornais dos partidos que integram a União Patriótica” (FARIAS, 2016, p. 253-254). Seguindo nesse sentido, o jornal “o Democrata” usa a imprensa atacando a forma como o governo causava o desrespeito com a própria sociedade. Usando a Revolução Francesa (1789-1799) como exemplo para a derrubada do governo autoritário, convidou os paraenses à luta.

Os ataques se tornam cada vez mais violentos, atingindo proporções como as da “revolta do Capim” que foi o exemplo mais violento de revolta durante a primeira República, onde a insatisfação e a disputa política resultaram em um movimento armado contra o governo do Pará. Na qual foram reunidos mais de 200 homens armados com destino à Belém, para que se juntassem com o restante das “capangas” do dr. Vicente Chermont e Francisco Cabral em direção ao Palácio do Governo com objetivo de matar todos, havendo, inclusive, troca de tiros. A revolta de 11 de junho, um dos exemplos de maior tensão entre republicanos e democratas com ameaças e burburinhos, se deu com o intuito de depor o governador capitão-tenente Huet Bacellar, e substituí-lo por Vicente Chermont. Dessa forma, com o apoio de alguns militares dos quartéis, policiais e outros homens, “Cabralzinho”

---

<sup>25</sup> Jornal *A República*, 1891, ed. 329, p. 02.

investiu contra os quartéis em busca do arsenal e munições, após isso, se dirigindo para uma área afastada com os seus homens, foram surpreendidos, havendo muita troca de tiros. No entanto, após resistirem muito, acabaram sendo derrotados pelas forças enviadas pelo governador.<sup>26</sup> Esses são alguns dos exemplos dos conflitos ocorridos em Belém, entre os partidos e a própria insatisfação popular.

### **Abusos de poder: As denúncias vindas da Vigia de Nazaré e a manifestação do povo**

Em 1893, na cidade de Vigia de Nazaré surgem acusações de perseguição praticadas pelo intendente senador Moura Palha, na qual agiu arbitrariamente com politicagem para o controle do cargo público. Nesse caso, o conselho de instrução pública por influência de Moura Palha, suspende por um mês o professor Theodoro Rodrigues, ex-membro do PRP, mesmo com o Governador Lauro Sodré desaprovando.

Theodoro discorre sobre sua participação no início da República e como entrou no “partido radical do governo”, afirmando ser jovem ainda e entusiasta, portanto impulsionado pelos seus princípios de democracia, se alistou junto a alguns parentes e conterrâneos, sendo estes, Casemiro José Ferreira e Agostinho do Carmo Barriga. Posteriormente, percebeu que eram falsas promessas, assim “As liberdades públicas começavam a ser confiscadas; a soberania popular nulificada; e interior abandonado; os renditos do Tesouro esbanjados [...]”.<sup>27</sup> Rodrigues segue dizendo que Moura Palha estava perseguindo-o politicamente, na qual “fez com que [...] fosse ratificar na urna a minha ple-

---

<sup>26</sup> Para entender melhor como ocorre essa revolta ver FARIAS, William Gaia. A construção da República no Pará (1886 - 1897). Editora Açai, 2016.

<sup>27</sup> Jornal O Democrata, 1893, ed. 121, p. 02

na adesão ao partido democrático”,<sup>28</sup> e por fim, finaliza argumentando que a sua terra natal estava se encaminhando para o desprezo, na qual não conseguia entender como as pessoas aceitavam a chefia de Palha. Os abusos de poder do PRP em Vigia continuavam a acontecer, sendo noticiados pelo jornal do PRD da capital, devido ao grande número de práticas desse nível, acontecendo por parte do PRP, um ditado popular é citado direcionado a Palha: “Uma ovelha má pode desviar do aprisco um rebanho inteiro”, nesta notícia é criticado a postura de Palha a respeito de enganações financeiras com relação a dívidas de casas em Vigia e Porto Salvo.<sup>29</sup>

Diante disso, a resposta do povo vigiense veio em forma de manifestações, mais propriamente liderada por Casemiro Ferreira. No título da notícia do jornal “O Democrata”<sup>30</sup> estava escrito “Explosão de Despeito”, a origem dessa manifestação se deve ao fato do Senador Palha demitir o professor Cantidiano Nunes. O jornal “O Democrata” segue criticando a forma com que Moura Palha adulterou os fatos ocorridos. Moura Palha afirmou em sua versão que a manifestação se deu somente com o “réles povo”, no entanto estavam presentes também políticos e funcionários públicos.

[...] o juiz de direito da comarca, o vogal Gratuliano Nunes, os tenentes coronéis Cassiano Alvares, Casemiro Ferreira e Agostinho Barriga, os tabeliões Herculano Guimarães e Geraldo Ferreira Bentes, o professor Candido Vilhena e adjunto Aristides Souza, o sr. Palheta de Vasconcellos e muitos outros – desta capital os srs. Capitão Antonio Boralho, guarda-livros, João Xavier e seu filho, agente Furtado, Bento Aranha Junior, e ainda outras pessoas cujo os nomes não podemos precisar.<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> Ibid.

<sup>29</sup> Jornal O Democrata, 1893, ed. 173, p. 02

<sup>30</sup> Jornal O Democrata, 1893, ed. 184, p. 02

<sup>31</sup> Ibid.

A diversidade de pessoas presentes no levante contra a arbitrariedades do regime republicano na cidade chama atenção, o povo que participou não foi citado devidamente, não conseguimos identificar a quantidade de pessoas presentes no protesto. Os levantes da população a respeito da insatisfação com os abusos do regime republicano na cidade de Vígia se tornam ressonâncias de resistência em meio ao autoritarismo, na qual tem uma grande importância, pois Thompson afirma que “[...] As vezes o protesto plebeu não tinha outro objetivo senão o de desafiar a segurança hegemônica da *gentry*, retirar poder de suas manifestações simbólicas, ou até simplesmente blasfemar.” As revoltas durante o período da Primeira República podem ser entendidas como uma forma de resistência e demonstração de força, incentivadas pela insatisfação popular contra o governo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de busca por legitimidade do regime na primeira República Brasileira, revelam-nos a um extenso campo de disputas, onde os embates políticos nos levam ao entendimento dos jogos de poder pela afirmação do novo regime no país. Na cidade de Vigia de Nazaré, os conflitos travados são evidentemente reflexos da “interiorização da República”, onde por meio da trajetória política de dois personagens vigienses é possível compreender as contradições do regime republicano, nas disputas por representação protagonizadas pelo PRP e pelo PRD, descortinando a ideia tradicional de que o Novo Regime é proclamado abruptamente em 1889, pois como se percebe, a República Brasileira é fruto de uma construção social, dos políticos republicanos que ascendem ao poder.

À luz dos fatos mencionados, a construção da Primeira República na Cidade de Vigia de Nazaré - PA (1889-1894), mostra-se como um período extremamente conturbado, onde o poder se encontra, principalmente, nas mãos dos militares, representados na cidade, pelo Capitão Francisco de Moura Palha. Com isso, a partir dessa contextualização com cenário vigiense, foi possível constatar que a instalação da República, é na verdade, uma construção política e ideológica de um grupo específico de pessoas, que chegam ao poder e consolidam suas visões sobre o novo regime imposto, fato este muito além, de uma singela proclamação.

# REFERÊNCIAS

## Fontes da Biblioteca Nacional Digital – Hemeroteca Digital

- A Boa Nova. Belém (1873 a 1883)
- A Constituição. Belém, (1874 a 1886)
- A Reacção. Cametá (1889)
- A República. Belém (1886 a 1900)
- Almanak. Belém (1868 a 1873)
- Cidade da Vigia. Vigia (1890 a 1893)
- Diário de Belém. Belém (1868 a 1889)
- O Democrata. Belém (1890 a 1893)
- O Liberal da Vigia. Vigia (1882)
- O Liberal do Pará. Belém (1869 a 1889)
- Revista Ilustrada. Rio de Janeiro (1876 a 1898)

## Referências Bibliográficas

- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, v. 200, p. 1, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. Editora Companhia das Letras, 2010, p. 24

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Editora Companhia das Letras, 2019.

CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações sociais. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CORDEIRO, Paulo. “Batuque à Santa Bárbara”: Notas sobre Religiões de Matriz Africana na Cidade de Vigia. Cidade da Vigia/PA, 2014. Edição do Autor. 199p.:ip

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república. Momentos decisivos. 9.ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ENGEL, Magali Gouveia (Ed.). Os intelectuais e a imprensa. Mauad Editora Ltda, 2015.

FARIAS, William Gaia. A construção da República no Pará (1886 - 1897). Editora Açai, 2016.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2017.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 1992.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTEIRO, Tobias. Pesquisas e depoimentos para a história. F. Alves & cia, 1913., P. 06

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. Autêntica, 2013, p. 35

QUARESMA, Luiz Augusto Barbora.; SARGES, Maria de Nazaré. “Entre o Povo e a Elite”: percepções de Belém na obra de Humberto de Campos. In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017, Brasília-DF, p. 04. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019\\_01/1548953098\\_c90025ba-24caa1d06fa203c59928d69f.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019_01/1548953098_c90025ba-24caa1d06fa203c59928d69f.pdf)> Acesso em: 09 de jan. 2023.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e os militares excluídos**. Capítulos da História do Pará. / Vicente Salles. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 13-89.

SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 3, 2012.

SOEIRO, Antonio Igo Palheta. **A Sociedade Literária e Beneficente “cinco de agosto” da cidade de Vigia (1871-1882)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. UFPA, Belém, 2012.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

THOMPSON, E. P.; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. As peculiaridades dos Ingleses. In: \_\_\_\_\_. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2012. p. 75 – 173.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, Carlos Eduardo; JÚNIOR, Bruno Bontempi; OSINSKI, Dulce (Ed.). **História intelectual e educação: imprensa e esfera pública**. Paco Editorial, 2019.

ANEXOS

Anexo 1 - Jornal "A Republica", Rio de Janeiro, 1870, ed. 01, p. 01

ANNO I. SABBADO 2 DE DEZEMBRO DE 1870. N. 1. A REPUBLICA. Publicações de terça-feleira, quinta e sabado.

De todos os direitos, mais sagrados e mais preciosos de todos os Estados politticos, talvez o mais precioso e o mais indispensavel seja o da liberdade de imprensa. Este direito, que se acha em todas as constituições modernas...

Em todo o mundo, a liberdade de imprensa é considerada como o fundamento da liberdade civil. Sem esta liberdade, não ha possibilidade de progresso e de civilização. A imprensa livre e independente é a verdadeira guardião da liberdade individual e da liberdade publica...

Para a liberdade de imprensa, é necessario que o Estado não se intrometa no exercicio da imprensa. O Estado deve garantir a liberdade de imprensa, mas não deve interferir no seu exercicio. A liberdade de imprensa é um direito natural, que não pode ser negado por nenhum governo...

A liberdade de imprensa é um direito sagrado, que deve ser protegido por todas as autoridades. O Estado deve garantir a liberdade de imprensa, e não deve interferir no seu exercicio. A liberdade de imprensa é um direito natural, que não pode ser negado por nenhum governo...

Em todo o mundo, a liberdade de imprensa é considerada como o fundamento da liberdade civil. Sem esta liberdade, não ha possibilidade de progresso e de civilização. A imprensa livre e independente é a verdadeira guardião da liberdade individual e da liberdade publica...

Para a liberdade de imprensa, é necessario que o Estado não se intrometa no exercicio da imprensa. O Estado deve garantir a liberdade de imprensa, mas não deve interferir no seu exercicio. A liberdade de imprensa é um direito natural, que não pode ser negado por nenhum governo...

A liberdade de imprensa é um direito sagrado, que deve ser protegido por todas as autoridades. O Estado deve garantir a liberdade de imprensa, e não deve interferir no seu exercicio. A liberdade de imprensa é um direito natural, que não pode ser negado por nenhum governo...

Em todo o mundo, a liberdade de imprensa é considerada como o fundamento da liberdade civil. Sem esta liberdade, não ha possibilidade de progresso e de civilização. A imprensa livre e independente é a verdadeira guardião da liberdade individual e da liberdade publica...

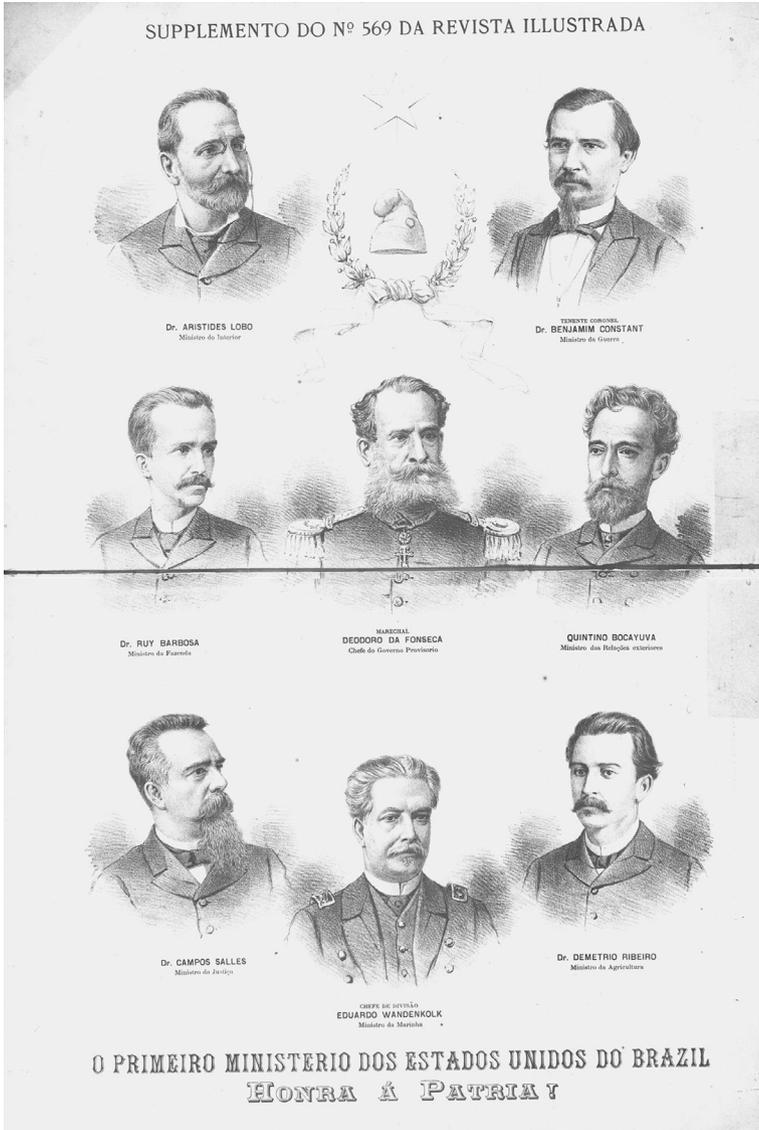
Em todo o mundo, a liberdade de imprensa é considerada como o fundamento da liberdade civil. Sem esta liberdade, não ha possibilidade de progresso e de civilização. A imprensa livre e independente é a verdadeira guardião da liberdade individual e da liberdade publica...

Para a liberdade de imprensa, é necessario que o Estado não se intrometa no exercicio da imprensa. O Estado deve garantir a liberdade de imprensa, mas não deve interferir no seu exercicio. A liberdade de imprensa é um direito natural, que não pode ser negado por nenhum governo...

A liberdade de imprensa é um direito sagrado, que deve ser protegido por todas as autoridades. O Estado deve garantir a liberdade de imprensa, e não deve interferir no seu exercicio. A liberdade de imprensa é um direito natural, que não pode ser negado por nenhum governo...

Em todo o mundo, a liberdade de imprensa é considerada como o fundamento da liberdade civil. Sem esta liberdade, não ha possibilidade de progresso e de civilização. A imprensa livre e independente é a verdadeira guardião da liberdade individual e da liberdade publica...

Anexo 2 – “Revista Ilustrada”, Rio de Janeiro, 1889, ed. 569, p. 3-4





Anexo 5 – CORRÊA, José Augusto. *Chronica Planetaria: viagem a volta do mundo*. Lisboa: Typ da Empreza da História de Portugal, 1904, p. 485

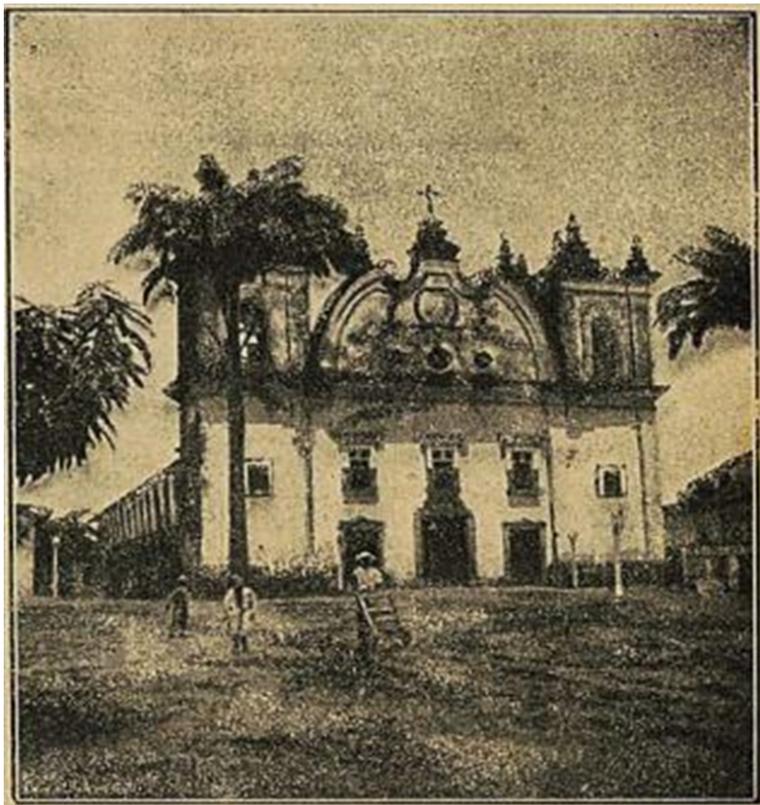
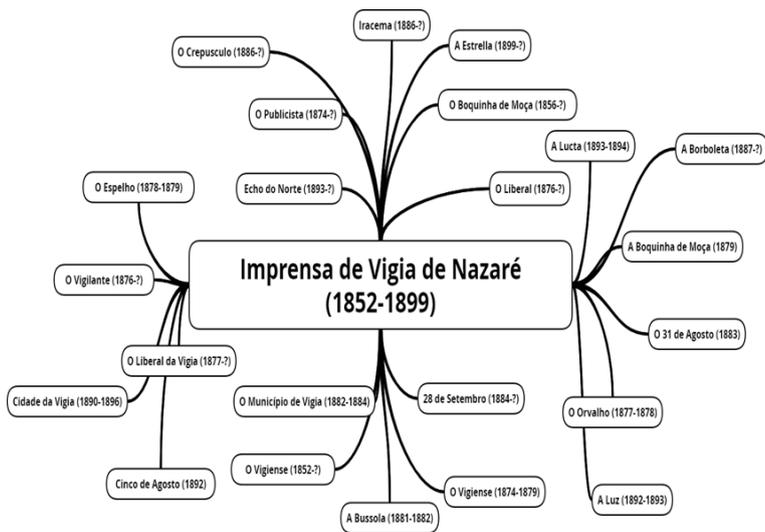


Figura 6 – Capa do Jornal A República. Pará/Belém, ano I, Pág. 01. - 48



## Anexo 7 – Configuração da imprensa oitocentista em Vigia



Anexo 8 – Jornais Recortes de jornais vigienses O Espelho, 1879, ed. 15,  
p. 01, A Cidade de Vigia e O Liberal



ANNO 1.

# O ESPELHO.

PERIODOICO CRITICO, LITTERARIO E NOTICIOSO.

DIRECTORES: — Manoel Epaminondas de Vasconcellos  
Falseta e Augusto Romão Flaberto

Assinatura por  
mez 500 réis.

Publica-se aos  
domingos.

VIGIA—DOMINGO 19 DE JANEIRO DE 1879.

NUM. 75.



---

*“Tremé, o corrupto da época!”*

## O ESPELHO.

O ANNO DE 1878.

(Conclusão.)

Tambem o nosso paiz teve de lamentar as sensíveis perdas dos conselheiros Nabuco, Marquez de S. Vicente, Visconde de Porto-Seguro e dr. Dias da Cruz. Os dois primeiros eram juristas consultos de nomeada; o terceiro historiador abalizado e o ultimo, homem popular e illustrado.

E não foi só isso o unico mal que nos causou o anno de .78. Elle agravou a situação de diversas provincias, não semente quanto ao estado sanitario, como principalmente pelo que diz respeito a secca e suas consequencias, impundo assim enrimes sacrificios ao thesouro.

Ainda no anno findo deue-se no nosso paiz um acontecimento politico que não podemos deixar de assignalar nesta resenha: foi a subida dos liberais e a descida dos conservadores.

Para nós, que não somos organo do partido algum e que já estamos habituado a ver quasi sempre a mesma cousa, pouco valor tem estas mutações de scenas.

Estesjam no poder gregos, ou troianos, os «grandes» não deixarão jamais de conviver fatalmente no banquete do orçamento e o povo, como de costume, só o que fará é servir-lhes a meza e lavar a louça.

Barão, ou marechal, padre, ou bacharel, doutor, ou bispo, o sujeito será sempre bem aquilão, desde que apresentar um titulo, e, logo, muitas vezes alçado com indiguidades. Os fillos, os parias, os filhos do povo, em fim, esses sim, embora intelligentes e probos, serão sempre olhados com desdém, porque não servem mais do que para degraçar. . .

Todo o ministerio que sób o poder, intitula-se logo—aurora da regeneração,—sem reflectir que, depois da aurora succede as trevas e que, para espaldas, devemos estar prevenidos com os factos da civilização. Mas assim não acontece: adormecemos embalados pelas primeiras impressões e quando metos pensavos, apparece a

noite da corrupção,—e eis-nos «marchando no mesmo terreno.»

Do actual ministerio não se póde com justiça dizer isto. Por em quanto está elle occupado em reconstruir a Não do Estado que, segundo dizem, rebou toda desarrvorada. Oxalá que depois de prompta singre ella somente pelas aguas da moralidade e do progresso!

Eis, em pallido esboço, os mais importantes successos do anno de 1878. Deixemol-o em paz e volvamo-nos para o de 1879.

Este surgiu risonho e auspicioso: trouxe-nos chovas, para acabar o pé; bailes, para debellar a pasmaçeira; carne verde (ou encarnada ?) para extinguir as debilidades, & c.

Fazendo votos para que elle não seja um novo hy occrta, saudamol-o effictuosamente, assim como ao publico em geral e em particular aos nossos assignados nos quasi pedimos que não se esqueçam de anilhá-los pecuniariamente, a fim de podermos desempenhar a missão que neste anno tornamos a encetar, em nome do passado—que nos applaudo; do presente—que nos observa e do futuro—que nos aguarda.

**Carta do tio Joaquim Antonio.**

Srs. Redactores do “Espelho”.—Não pretendo hoje préguir um sermão, porque, apesar de ter carôa, não sou padre: não se enganem V.Ss. com a minha carêca: quero semente dizer-lhes as impressões que sinto quando ouço os sermões de certos pregadores.

Os meus ricos sobrinhos, que têm a sua disposição tantos livros, devem saber perfeitamente que Nosso Senhor, e os Apostolos, e os Martyres, e esses illustres Confessores da fé, não préguavam a doutrina unicamente com a palavra: préguavam-na com a palavra e com o exemplo.

Nosso Senhor disse: “Sede perfeitos como o vosso Pai celestial.” Eis a palavra. Mas Elle era ao mesmo tempo o modelo de todas as perfeições. Eis o exemplo.

S. Paulo, o grande Apostolo, dizia: “Não vos impliquis em negocios seculares!” mas não o dizia sómente com a boca, dizia-o principalmente com o exemplo, pois nunca andou mendigando no seculo *estas honras vãs que não honram aos ministros do Senhor*, nunca andou arrastando no pé *das intrigas mundanas a roupa sem mancha do Sacerdocio*.

















[2024]  
EDITORA CABANA  
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)  
67130-130 — Ananindeua — PA  
Telefone: (91) 99998-2193  
contato@editoracabana.com  
www.editoracabana.com

